

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 111/2025
Data: 08/08/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ AVANÇA COM LIBERAÇÃO DO CONSEMA; OBRA PASSA DE R\$ 6 BILHÕES	4
EMPRESA NO PORTO DE SANTOS BATE RECORDE MENSAL DE CONTÊINERES MOVIMENTADOS NA AMÉRICA DO SUL	5
GOVERNO DE SÃO PAULO ASSINA ADITIVO PARA NOVO ACESSO A SÃO SEBASTIÃO; VALOR PASSA DE R\$ 55 MILHÕES	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
PORTO DO RECIFE TERÁ NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS COM INVESTIMENTO DE R\$ 10 MI.....	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
MPOR PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM BRASÍLIA	8
DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA: MPOR JÁ RECEBEU PROJETOS QUE SOMAM R\$ 3,33 BILHÕES	9
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO FALA SOBRE AVANÇOS DA INFRAESTRUTURA EM SEMINÁRIO NO RECIFE (PE)	10
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	11
GOVERNO FEDERAL AUTORIZA INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE PONTE AGUARDADA HÁ MAIS DE 100 ANOS POR BRASILEIROS E BOLIVIANOS	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – PARCERIA ESTRATÉGICA PELA SEGURANÇA	12
NACIONAL - HUB – CURTAS - ALCKMIN REÚNE-SE COM ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DA EMBAIXADA DOS EUA NO BRASIL	12
<i>Fora da agenda</i>	12
<i>O interlocutor</i>	13
<i>Pelo telefone</i>	13
<i>Também 50%</i>	13
<i>Nova ordem mundial</i>	13
<i>Ironia</i>	13
NACIONAL - EXPORTAÇÕES SOBEM 4,8% EM JULHO E ALCANÇAM US\$ 198 BILHÕES NO ANO	13
NACIONAL - ALCKMIN PREVÊ ANÚNCIO DE PLANO CONTRA IMPACTO DE TARIFAS ATÉ TERÇA	14
NACIONAL - TRABALHADORES E OPERADORES PORTUÁRIOS CHEGAM A ACORDO	15
NACIONAL - PARCERIA ENTRE MINISTÉRIO E PF REFORÇA VIGILÂNCIA NOS PORTOS BRASILEIROS	16
REGIÃO CENTRO-OESTE - CENTRO-OESTE TEM ALTA DE 9% NO FLUXO DE PASSAGEIROS EM AEROPORTOS NO SEMESTRE	17
REGIÃO SUDESTE - SP DESTINA R\$ 55 MI A NOVO ACESSO VIÁRIO AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO	18
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS TEM OPERAÇÕES SUSPENSAS POR CAUSA DA NEBLINA	19
REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ TEM CRESCIMENTO DE 33% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	19
BRASIL EXPORT - BAHIA EXPORT ABRE DEBATE SOBRE EXPORTAÇÕES COM FOCO NA PRODUÇÃO LOCAL	20
BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO BAHIA EXPORT 2025	21
BAHIA ECONÔMICA - BA	21
EXPORTAÇÕES BAIANAS TÊM QUEDA DE 26,3% EM JULHO	21
BAHIA INVESTE EM OBRAS DE MACRODRENAGEM PARA COMBATER ALAGAMENTOS E PROTEGER A POPULAÇÃO DA RMS	22
GOVERNO ASSINA DECRETO PARA DESAPROPRIAR ÁREA PARA PONTE SALVADOR-ITAPARICA	23
BRASKEM ESTUDA INSTALAR UNIDADE VERDE NA BAHIA	24
BRASKEM NEGA INFORMAÇÃO DE QUE ESTARIA COLOCANDO À VENDA SUAS FÁBRICAS NOS ESTADOS UNIDOS	24
JORNAL O GLOBO – RJ	25
COM TARIFAÇÃO, TAURUS DECIDE TRANSFERIR PRINCIPAL LINHA DE MONTAGEM DE ARMAS PARA OS EUA	25
PETROBRAS NÃO DEVE PAGAR DIVIDENDOS EXTRAORDINÁRIOS NESTE ANO	26
DEPOIS DE NOVE ANOS DE INTERRUÇÃO, BRASIL RETOMA VOOS DIRETOS COM A VENEZUELA	27
ITAMARATY CHAMA ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DA EMBAIXADA DOS EUA PARA FALAR SOBRE AMEAÇAS A ALEXANDRE DE MORAES	28
DEMORA EM PLANO PARA EXPORTADOR É REFLEXO DE DESORIENTAÇÃO	28
BRASKEM DIZ QUE ESTÁ EM DISCUSSÕES SOBRE VENDA DE ATIVOS NOS EUA; AÇÕES SOBEM	29
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	30
PAÍSES ÁRABES QUEREM COMPRAR MAIS PRODUTOS BRASILEIROS EM ALTERNATIVA AOS ESTADOS UNIDOS	30
GOVERNO LULA PREVÊ ESCALADA DE TRUMP POR CONDENAÇÃO DE BOLSONARO E RETALIAÇÃO VIRA ‘CARTA NA MANGA’	34



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 111/2025
Página 3 de 51
Data: 08/08/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O PLANO DA ARAUCO PARA ESCOAR A PRODUÇÃO DE CELULOSE DA MAIOR FÁBRICA DO MUNDO ATÉ O PORTO DE SANTOS.. 36
GOVERNO LULA PREVÊ ESCALADA DE TRUMP POR CONDENAÇÃO DE BOLSONARO E RETALIAÇÃO VIRA 'CARTA NA MANGA' 39

VALOR ECONÔMICO (SP)..... 42

RESULTADOS DA RUMO NO 2º TRI DECEPCIONAM E AÇÕES RECUAM 42

MINISTÉRIO RECEBE R\$ 3,3 BI EM UM ANO EM PROJETOS COM DEBÊNTURE INCENTIVADA 43

ARGENTINA AJUDA BRASIL A MANTER RITMO DE PRODUÇÃO 44

AGÊNCIA BRASIL - DF..... 46

DEFENSORIA DO PARÁ NOTIFICA PLATAFORMAS DE HOSPEDAGEM SOBRE COP30..... 48

PORTAL PORTOS E NAVIOS..... 49

MARINHA LANÇA FRAGATA JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE 49

A WILSON SONS ANUNCIOU, NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA (7), A NOMEAÇÃO DE MICHAEL ROBERT CONNELL COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO 49

ABIHV ESTIMA INVESTIMENTOS DE R\$ 63 BILHÕES EM PROJETOS DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA..... 50

CCJC ABRE PRAZO PARA EMENDAS AO PL DA RECICLAGEM 51

MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA 51

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com/company/mercoshipping) 51



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ AVANÇA COM LIBERAÇÃO DO CONSEMA; OBRA PASSA DE R\$ 6 BILHÕES

Com a decisão do Conselho Estadual do Meio Ambiente, obra da ligação seca segue para próxima fase

Por Bárbara Farias 8 de agosto de 2025



Com 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros sob o canal do estuário, túnel exigirá desapropriações de 65 imóveis no bairro Macuco (Sílvio Luiz/AT)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) aprovou, nesta quinta-feira (7), o parecer técnico da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), favorável ao projeto do túnel imerso Santos-Guarujá. Com a aprovação, a Cetesb poderá emitir a licença-prévia (LP), etapa inicial do processo de licenciamento da obra. A reunião extraordinária ocorreu

na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), em São Paulo.

A Cetesb se manifestou favoravelmente ao projeto no mês passado, após analisar o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e protocolado pela Secretaria de Estado de Parceria em Investimentos (SPI), no ano passado.

O relatório concluiu que o balanço socioambiental é positivo, pois o túnel “é apontada como estratégico para a Baixada Santista, com reflexos diretos na mobilidade, economia e qualidade de vida na região”.

O projeto mantém as diretrizes do plano original (projeto Dersa), com LP emitida em 2014, mas traz atualizações como a integração urbana dos acessos ao túnel, em acordo com os planos diretores de Santos e Guarujá, e a incorporação da infraestrutura para o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Após emitir a LP, a Cetesb deve fazer uma série de exigências para a próxima fase, que é a licença de instalação (LP). Essa, sim, autoriza o início da obra.

Debates

Uma das questões debatidas durante a reunião do Consema foi a criação do Conselho Socioambiental, já previsto no projeto, que fará o acompanhamento do empreendimento nas fases de instalação e operação. A organização do conselho e dos membros participantes ainda será definida.

Impactos ambientais

O relatório apontou que medidas como controle da erosão, monitoramento da qualidade da água e manejo adequado da dragagem garantem a prevenção de danos maiores. A diminuição no uso de balsas também deverá reduzir as emissões de gases poluentes, anualmente em 18,5 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂) e 72 toneladas de monóxido de carbono (CO).

A obra exigirá, no meio biótico, a retirada de cerca de 10,5 hectares de vegetação (pouco mais de 100 mil metros quadrados (m²) ou quase 15 campos de futebol) o que afetará a fauna local. Porém,

a perda poderá ser compensada por investimentos em unidades de conservação. A dragagem no canal também poderá alterar temporariamente a fauna aquática, mas os impactos serão monitorados e tendem a ser reversíveis.

Já as desapropriações de 65 imóveis no bairro Macuco, em Santos, é reconhecido pelos técnicos como o ponto mais sensível do projeto. Mas, a redução no número de famílias atingidas e compensações oferecidas, como indenizações, reassentamentos e apoio social são considerados positivos.

O túnel

Com 1,5 quilômetro de extensão — sendo 870 metros sob o canal do estuário —, o túnel contará com três faixas por sentido, sendo duas para veículos de passeio, ônibus e caminhões e uma exclusiva para VLT, além de galeria para pedestres e ciclistas.

O túnel é uma obra conjunta dos governos Federal e Estadual. O investimento previsto é de R\$ 6,8 bilhões, sendo R\$ 5,14 bilhões de aporte público.

A licitação internacional, de concessão patrocinada na modalidade de parceria público-privada (PPP), ocorrerá em 5 de setembro, às 16 horas, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Vencerá o licitante que oferecer o maior desconto sobre o valor anual da contraprestação pública máxima, que é de R\$ 438,4 milhões (data-base de março de 2025).

A futura concessionária assinará um contrato de 30 anos para construção, operação e manutenção do ativo, podendo auferir receita tarifária de R\$ 2,34 bilhões a partir do sexto ano de concessão (tarifa por sentido de R\$ 6,15).

Reunião

A Subcomissão Especial das Obras do Túnel Santos-Guarujá, da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, fez nesta quinta (7) uma reunião técnica sobre o a ligação seca. O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, participou. Os documentos jurídicos do túnel foram aprovados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no final do ano passado. Nesse empreendimento, compete à Antaq ficar atenta aos possíveis impactos na operação do Porto de Santos desde a fase de planejamento até a execução da obra do túnel. A reunião também tratou do megaterminal Tecon Santos 10, no Porto de Santos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/08/2025

EMPRESA NO PORTO DE SANTOS BATE RECORDE MENSAL DE CONTÊINERES MOVIMENTADOS NA AMÉRICA DO SUL

Foram 135 mil contêineres movimentados no terminal, que fica em Guarujá

Por *ATribuna.com.br* 8 de agosto de 2025



Foram 135 mil contêineres movimentados em julho, o maior número para um terminal na América do Sul (Divulgação/Santos Brasil)

Um terminal de contêineres no Porto de Santos alcançou, em julho, o maior volume já registrado em um único mês por uma empresa dessa área em toda a América do Sul: foram 135 mil contêineres movimentados.

O Tecon Santos, operado pela Santos Brasil, fica na Margem Esquerda (Guarujá) do cais santista. O recorde anterior da companhia havia sido em junho, com 129.282 mil unidades.

Maior terminal de contêineres da América do Sul, o Tecon Santos terá, entre 2019 e 2031, cerca de R\$ 2,6 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 1,6 bilhão até maio de 2025, informou a empresa.

Dentre os investimentos, estão o aprofundamento do cais e a ampliação em 220 metros, totalizando 1.510 metros. Assim, será capaz de receber simultaneamente até três navios New Panamax, de 366 metros, além de um navio no Terminal de Veículos (TEV), que tem 310 metros de cais.

Atualmente, o foco dos investimentos está na ampliação do pátio, que já elevou a capacidade de 2,4 milhões para 2,7 milhões de TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano com a demolição de um prédio administrativo em 2024.

Até o fim deste ano, diz a empresa, a demolição de um segundo prédio permitirá ao terminal alcançar 3 milhões de TEU ao ano em 2026.

Para Bruno Stupello, diretor de Operações de Terminais Portuários da Santos Brasil, os resultados refletem os investimentos em infraestrutura, processos e pessoas.

“Temos uma equipe diferenciada, comprometida e um terminal de ponta. Tudo para que exportadores, importadores e armadores tenham assegurados o espaço para suas cargas, com um elevado nível de serviço”.

No primeiro semestre de 2025, o Tecon Santos movimentou 1,223 milhão de TEU, alta de 12,7% sobre o mesmo período de 2024 e desempenho acima do próprio Porto de Santos, que cresceu 7,8% no semestre.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/08/2025

GOVERNO DE SÃO PAULO ASSINA ADITIVO PARA NOVO ACESSO A SÃO SEBASTIÃO; VALOR PASSA DE R\$ 55 MILHÕES

O repasse dos recursos será feito de forma escalonada, conforme o avanço físico das obras

Por *ATribuna.com.br* 8 de agosto de 2025



Obras devem ligar os contornos da Tamoios diretamente à área portuária de São Sebastião, diz Estado (Divulgação/Semil)

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), assinou o termo aditivo ao contrato de concessão da Rodovia dos Tamoios. O aditivo prevê investimento de mais de R\$ 55 milhões para criação de um novo acesso ao Porto de São Sebastião, no Litoral Norte.

O repasse dos recursos será feito de forma escalonada, conforme o avanço físico das obras. A informação foi publicada no Diário Oficial do Estado na última quarta-feira (6).

Direto

Segundo o Estado, as obras para implantação do novo acesso vão ligar os contornos da Tamoios diretamente à área portuária de São Sebastião, criando uma rota exclusiva que vai melhorar o tráfego local e otimizar a logística de entrada e saída do terminal. A expectativa do Governo de São Paulo é ampliar o uso do Porto de São Sebastião, criando uma alternativa estratégica ao eixo logístico do Porto de Santos.

Hoje, o acesso utilizado ao Porto de São Sebastião e à Ilhabela é feito por uma via provisória, que não comporta adequadamente o fluxo intenso de veículos, especialmente de caminhões pesados e nas altas temporadas. O novo investimento busca resolver esse gargalo, organizando o tráfego da região e conciliando as demandas de carga e turismo.

As obras serão fiscalizadas pela Agência Reguladora (Artesp). A Companhia Docas de São Sebastião e o Departamento de Estrada e Rodagem (DER) aprovaram a proposta, alinhada ao planejamento do Porto.

Dentro da concessão da Rodovia dos Tamoios, o Governo já entregou as obras dos contornos Norte e Sul, beneficiando moradores de Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião, além dos turistas. O Contorno Sul foi inaugurado em novembro de 2024, e o Norte em dezembro de 2023.

As ações, diz o Governo Estadual, têm como objetivo melhorar a mobilidade regional, reduzindo o tempo de viagem, ampliando a segurança e impulsionando o turismo e a economia.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/08/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PORTO DO RECIFE TERÁ NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS COM INVESTIMENTO DE R\$ 10 MI

Porto do Recife é entrada para milhares de turistas que vistam a capital pernambucana

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



O novo terminal será estratégico para ampliar a capacidade de recepção de navios de cruzeiro na capital pernambucana. Foto: Porto do Recife/Divulgação

O Porto do Recife se prepara para passar por uma requalificação em seu terminal marítimo de passageiros. O anúncio foi feito após reunião entre o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes.

Durante o encontro, os ministros confirmaram que o leilão da obra será realizado ainda neste segundo semestre de 2025.

O novo terminal, orçado em R\$ 10 milhões, será estratégico para ampliar a capacidade de recepção de navios de cruzeiro, fortalecendo o turismo na capital e em todo o estado.



Costa Favolosa trouxe, sozinho, 2.857 turistas ao Porto ao Recife. Foto: Divulgação/Costa Favolosa

“O terminal de passageiros do Porto do Recife é uma das principais portas de entrada do turismo internacional de Pernambuco. É por ele que milhares de estrangeiros chegam para fazer turismo, movimentando a economia e toda a cadeia produtiva do setor. Com a requalificação, vamos aumentar o fluxo de cruzeiros e atrair ainda mais visitantes. Isso será positivo para o Porto e, principalmente, para o turismo de lazer no nosso estado”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho.

Porto do Recife recebeu 19 navios com mais de 30 mil passageiros

Na temporada mais recente, o Porto do Recife recebeu 19 navios de cruzeiro e mais de 30 mil passageiros, incluindo o Costa Favolosa, que sozinho trouxe 2.857 turistas. Os números representam crescimento em relação à temporada anterior (2023/2024). Com a requalificação concluída, a expectativa do governo federal é que o terminal atinja a marca de 50 mil passageiros por ano.

O ministro Augusto Nardes destacou a importância do projeto: “Fico muito satisfeito em analisar esse processo por entender sua relevância para o Recife e para Pernambuco. Vejo nessa requalificação uma grande oportunidade para ampliar a movimentação de passageiros, impulsionar a economia local e gerar emprego e renda para a região”.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 08/08/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MPOR PARTICIPA DE SEMINÁRIO SOBRE PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM BRASÍLIA

Evento destacou políticas acolhedoras para mulheres; Ministério de Portos e Aeroportos apresentou a campanha Assédio Não Decola



Evento destacou políticas acolhedoras para mulheres; Ministério de Portos e Aeroportos apresentou a campanha Assédio Não Decola - Foto: Divulgação

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) participou do seminário “Vítimas: compreender, proteger e reparar”, promovido pelo Ministério Público Militar (MPM), em Brasília. O evento reuniu representantes de órgãos e entidades que trabalham na defesa das mulheres e na promoção da igualdade de gênero.

No seminário foram discutidas boas práticas para garantir atendimento adequado, acolhedor e ágil, além de mecanismos de prevenção e reparação de danos e formas de proteger direitos. Juntos, os participantes do evento refletiram sobre o fluxo de atendimento a vítimas de variados tipos de crimes, desde a violência física até os modernos golpes cibernéticos.

Durante o evento, a ouvidora do MPor, Maíra Nascimento, apresentou o Guia de Combate ao Assédio e à Importunação Sexual no Setor da Aviação Civil, com orientações para identificar, agir e denunciar casos, além de canais seguros para vítimas e testemunhas. Ela também divulgou a campanha Assédio Não Decola, que será veiculada em aeroportos de todo o país.

“A assinatura do manifesto HeForShe pelo ministro Silvio Costa Filho simboliza o compromisso do governo com essa pauta, estimulando procuradores e outras lideranças masculinas a apoiarem a proteção das mulheres”, afirmou Maíra Nascimento.

Participaram ainda do seminário o subprocurador-geral do Ministério Público Militar, Dr. Marcelo Weitzel; a ouvidora do Ministério das Mulheres, Ana Paula Inglez Barbalho; a ouvidora do Ministério Público Militar, Dra. Andrea Marangoni; e o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e representante oficial da ONU Mulheres no movimento HeForShe, Edegar Preto.

Campanha

Criada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), em parceria com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e com o apoio das concessionárias aeroportuárias, a campanha Assédio Não Decola tem como objetivo ampliar a divulgação da cartilha de combate ao assédio e conscientizar passageiros e passageiras sobre como identificar, prevenir e denunciar situações de assédio em aeroportos e aeronaves.

A iniciativa visa combater o assédio e a importunação sexual, promovendo ambientes seguros e respeitosos para profissionais e usuários do setor aéreo. Para isso, utiliza materiais digitais que orientam sobre como agir diante de casos de assédio e divulga canais seguros para denúncias de vítimas e testemunhas.

O MPor reafirmou seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e o combate ao assédio, destacando o empenho do ministro Silvio Costa Filho, que se tornou apoiador oficial da causa ao assinar o manifesto HeForShe da ONU Mulheres.

“Estamos preparando um acordo de cooperação técnica com o Ministério Público Federal e o Conselho Nacional do Ministério Público, que será assinado em setembro, para desenvolver ações conjuntas que protejam crianças, jovens e mulheres nos setores portuário e aeroportuário”, concluiu Maíra Nascimento.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 08/08/2025

DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA: MPOR JÁ RECEBEU PROJETOS QUE SOMAM R\$ 3,33 BILHÕES

Ao todo são 11 empreendimentos no setor de portos e aeroportos, em seis estados brasileiros: Bahia, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo



As debêntures são títulos de renda fixa emitidos por empresas e pessoas físicas para financiar projetos de infraestrutura e que concedem benefícios fiscais - Foto: Divulgação

Desde a dispensa de autorização prévia para a emissão de debêntures de infraestrutura e incentivadas, que ocorreu em agosto de 2024, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) já recebeu projetos que somam R\$ 3,33 bilhões e que utilizam esse tipo de financiamento. A iniciativa tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento do setor de portos e aeroportos,

atraindo investimentos e melhorando a infraestrutura logística do país.

Ao todo são 11 empreendimentos, em seis estados brasileiros: Bahia, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Desse total, dois projetos são para ampliação de aeroportos e os demais são relativos ao setor portuário, como construção e ampliação de capacidade de terminais, expansão de readequação de armazéns, compra de equipamentos, realização de obras e pagamento de outorgas, entre outros.

“Desde que instituímos a nossa portaria, o processo se tornou mais ágil, facilitando a apresentação de projetos por parte das empresas que querem investir no setor por meio das debêntures. O que antes demorava seis meses para aprovação, agora leva apenas cinco dias”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, lembrando ainda que esse instrumento impulsiona também o mercado de capitais.

A dispensa de autorização prévia foi instituída pela Portaria do MPor 419/2024, que regulamentou o Decreto nº 11.964/2024 e tratou dos critérios e condições para a emissão das debêntures no setor de



portos e aeroportos por meio do mercado de capitais. As debêntures são títulos de renda fixa emitidos por empresas e pessoas físicas para financiar projetos de infraestrutura e que concedem benefícios fiscais, como isenção de Imposto de Renda para o investidor pessoa física.

Empreendimento por estado e valor total do projeto:

Bahia

- Ampliação, gestão, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto de Ilhéus – R\$ 113,7 milhões

Maranhão

- Ampliação da capacidade de terminal, no Porto de Itaqui, em São Luís – R\$ 324 milhões.

Paraná

- Equipamentos e serviços para ampliação e plena operabilidade de terminal, no Porto de Paranaguá – R\$ 572 milhões.
- Financiamento da Outorga do Contrato de Arrendamento e obras, no Porto de Paranaguá – R\$ 35 milhões.

Rio de Janeiro

- Construção e exploração de Instalação Portuária (TUP), em São João da Barra – R\$ 350 milhões.
- Ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura do aeroporto de Jacarepaguá (RJ) – R\$ 392 milhões.

Santa Catarina

- Obras de ampliação operacional do Porto Itapoá e aquisição de equipamentos diversos – R\$ 360 milhões.
- Expansão, exploração e manutenção do Aeroporto de Chapecó – R\$ 84,9 milhões.
- São Paulo
- Expansão da Bacia 10, com a adição de 12 novos tanques, no Porto de Santos – R\$ 154 milhões.
- Readequação do Armazém XIV, instalação de nova moega rodoviária e outros projetos, no Porto de Santos – R\$ 564 milhões.
- Ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura do aeroporto de Campo de Marte (SP) – R\$ 392 milhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/08/2025

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO FALA SOBRE AVANÇOS DA INFRAESTRUTURA EM SEMINÁRIO NO RECIFE (PE)

No evento Esfera Brasil, neste sábado (9), ministro e demais autoridades debatem soluções para gargalos logísticos e políticas públicas para o setor

Em Recife (PE), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa, neste sábado (9), do seminário "Esfera Infra", evento que reúne autoridades e empresários para debater soluções para os gargalos de infraestrutura no país, investimentos e políticas públicas, e o desenvolvimento do setor. Esse será o primeiro evento do Grupo Esfera no Nordeste.

O seminário também contará com a participação dos ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Jader Filho (Cidades), e governadores do Nordeste, além do ministro da Controladoria-Geral da



União, Vinícius de Carvalho, nos painéis “O Brasil em construção”, “Potência Nordeste”, “Soluções locais para desafios nacionais” e “Investir para crescer”.

Durante o evento, o Instituto Esfera de Estudos e Inovação, frente acadêmica do think tank Esfera Brasil, divulgará o estudo “Contratos, riscos e flexibilidade: repensando a ponte aérea no Brasil”, que será ponto de partida para parte dos debates sobre o futuro do setor aéreo.

Credenciamento

Os profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento deverão solicitar a participação pelo e-mail imprensa@esferabrasil.com.br, ou entrar em contato por telefone com Alessandra Kianek (11 98405-3352) e Anna Rangel (11 97673-0692).

Serviço:

O quê: Seminário Esfera Infra

Quando: Sábado, 9 de agosto

Onde: Recife Expo Center - Cais Santa Rita, 156 - São José, Recife - PE

Horário: 9h às 13h

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/08/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

GOVERNO FEDERAL AUTORIZA INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE PONTE AGUARDADA HÁ MAIS DE 100 ANOS POR BRASILEIROS E BOLIVIANOS

Ordem de serviço será assinada nesta sexta (8), em Porto Velho (RO); obra receberá investimento de R\$421,398 milhões

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assina nesta sexta-feira (8), junto ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a ordem de serviço para a construção da Ponte Binacional entre Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín, na Bolívia.

A ponte será construída sobre o Rio Mamoré, na BR-425/RO, e substituirá a atual travessia, feita por balsas, garantindo uma ligação rodoviária contínua entre os dois países e promovendo maior integração logística, mobilidade e desenvolvimento latinoamericano.

Com investimento de R\$421,398 milhões, a obra será executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em parceria com o governo boliviano. A iniciativa representa o cumprimento de um compromisso histórico, firmado no Tratado de Petrópolis, de 1903, quando o Brasil anexou o Acre.

Credenciamento de imprensa

Profissionais de imprensa interessados em cobrir o evento devem realizar o credenciamento por meio do sistema da Presidência da República.

As credenciais aprovadas deverão ser retiradas no local da cerimônia, das 14h às 15h.

Serviço

Assinatura da ordem de serviço – Ponte Binacional Guajará-Mirim (RO) - Guayaramerín (BO)

Data: Sexta-feira, 8 de agosto

Horário: às 15h30

Local: Teatro Estadual Palácio das Artes – Av. Presidente Dutra, 4183 – Olaria, Porto Velho (RO)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 08/08/2025



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – PARCERIA ESTRATÉGICA PELA SEGURANÇA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A colaboração entre o Ministério de Portos e Aeroportos e a Polícia Federal, discutida em recente reunião entre o ministro Silvio Costa Filho e o diretor-geral Andrei Augusto Rodrigues, marca um importante avanço para a segurança nas áreas portuárias do País. A parceria busca ampliar a presença do Estado, por meio de fiscalização, monitoramento e controle de acesso, em um esforço coordenado para combater o crime e proteger as instalações estratégicas do setor.

O ministro Silvio Costa Filho ressaltou que a parceria com a Polícia Federal e outros órgãos de segurança é essencial para otimizar o combate ao crime nas áreas portuárias, reforçando a fiscalização e o controle das fronteiras. A iniciativa visa a fortalecer o combate a ilícitos, como o contrabando de drogas e outras atividades criminosas, que utilizam os portos como rota.

Entre as principais iniciativas do Ministério para ampliar a segurança nos portos, destaca-se a implantação de sistemas de monitoramento e vigilância eletrônica 24 horas por dia, como o VTMS e o VTS. Credenciados pela Marinha, esses sistemas permitem o compartilhamento de dados em tempo real com a Polícia Federal, a Receita Federal e as forças estaduais de segurança. Essa integração tecnológica e de inteligência é fundamental para aprimorar a capacidade de resposta das autoridades e prevenir crimes.

Atualmente, esses programas já estão em operação nos portos de Vitória (ES) e Açu (RJ). O Novo PAC prevê a expansão da tecnologia para mais seis portos estratégicos: Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Itaguaí (RJ), Itaqui (MA), Rio Grande (RS) e Vila do Conde (PA), com um investimento de R\$ 355 milhões, financiado pelas autoridades portuárias. Essa expansão demonstra um compromisso com a segurança de uma forma abrangente, alcançando os principais complexos portuários do país.

A importância da parceria entre a Polícia Federal e o Ministério de Portos e Aeroportos para melhorar a segurança e combater o crime nos portos é inegável. Os portos são, ao mesmo tempo, portas de entrada para o comércio e pontos vulneráveis para a atuação de organizações criminosas. O aumento da fiscalização e o uso de tecnologia de ponta para o monitoramento contínuo são medidas essenciais para mitigar esses riscos, garantindo a integridade da cadeia logística e a segurança da população.

A atuação coordenada entre os órgãos federais e estaduais de segurança é estratégica para o sucesso da iniciativa. A implantação de sistemas como o VTMS e o VTS, que permitem o compartilhamento de dados em tempo real, fortalece a capacidade de resposta das autoridades e cria um ambiente mais seguro para o comércio. A parceria, portanto, não apenas melhora a segurança portuária, mas também protege a economia do País e reforça a confiança dos parceiros comerciais nas operações brasileiras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - ALCKMIN REÚNE-SE COM ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DA EMBAIXADA DOS EUA NO BRASIL

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

FORA DA AGENDA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, teve uma reunião nessa quinta-feira, dia 7, com o encarregado de negócios da Embaixada

dos Estados Unidos no Brasil, Gabriel Escobar. O encontro ocorreu fora da agenda e no dia seguinte à entrada em vigor da tarifa de 50% sobre os produtos brasileiros pela maior economia do planeta.

O INTERLOCUTOR

A reunião foi realizada no prédio do ministério, em Brasília. No entanto, nem a pasta, nem a embaixada dos EUA detalharam o teor da conversa. O Mdic apenas informou que o encontro tratou das relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos. Em meio às negociações sobre o tarifaço, Escobar é o principal interlocutor do governo estadunidense no Brasil. Até agora, a Casa Branca não indicou um embaixador para o país, após a saída de Elizabeth Bagley do cargo, em janeiro deste ano.

PELO TELEFONE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, tiveram uma conversa por telefone de cerca de uma hora nessa quinta-feira. Um dos principais temas abordado, segundo o Palácio do Planalto, foi a imposição de tarifas unilaterais praticadas pelos Estados Unidos. Até o momento, Brasil e Índia são os dois países mais afetados pelo tarifaço do governo Trump.

TAMBÉM 50%

No último dia 30, o presidente Donald Trump anunciou tarifas de 25% sobre os produtos indianos. Uma semana depois, alegando que a Índia importa direta ou indiretamente petróleo russo, um novo decreto norte-americano impôs tarifa adicional de 25% ao país asiático, elevando o percentual para 50% – o mesmo praticado aos produtos brasileiros.

NOVA ORDEM MUNDIAL

Também nessa quinta, representantes dos governos da Rússia e da Índia destacaram que buscam uma “parceria estratégica”. “Estamos comprometidos com uma cooperação ainda mais ativa para formar uma nova, mais justa e sustentável ordem mundial, garantir a supremacia do direito internacional e combater conjuntamente os desafios e ameaças modernos”, disse Sergei Shoigu, secretário do Conselho de Segurança da Rússia, ao assessor de segurança nacional da Índia, Ajit Doval.

IRONIA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ironizou a decisão do governo do presidente Donald Trump que cancelou o visto de entrada de ministros da Corte nos Estados Unidos. “Nós temos falado em nossos desafios institucionais. Eu já tive a oportunidade de dizer que poderia estar contando (isso) em Roma, Paris e Lisboa, agora não em Washington”, disse o ministro, provocando risos durante evento em Brasília.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/08/2025

NACIONAL - EXPORTAÇÕES SOBEM 4,8% EM JULHO E ALCANÇAM US\$ 198 BILHÕES NO ANO

Desempenho foi impulsionado por crescimento nos embarques para países como Argentina, México, Japão, Estados Unidos e União Europeia

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O acumulado do ano chegou a US\$ 198 bilhões em exportações, uma variação positiva de 0,1% em valor e de 2% em volume, na comparação com o mesmo período de 2024

As exportações brasileiras registraram um crescimento de 4,8% em julho, na comparação com o mesmo mês de 2024, considerando os valores totais. Segundo dados da balança comercial



divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o desempenho positivo foi puxado, principalmente, pelos negócios com Estados Unidos, México, Argentina, União Europeia e Japão.

Em volume, o crescimento foi ainda maior: 7,2% em relação a julho do ano passado. No total, o Brasil exportou US\$ 32,31 bilhões no mês. Com isso, o acumulado do ano chegou a US\$ 198 bilhões em exportações, o que representa uma variação positiva de 0,1% em valor e de 2% em volume, na comparação com o mesmo período de 2024.

“No mês passado, o Brasil exportou US\$ 32,31 bilhões. No acumulado do ano, até julho, as exportações brasileiras somam US\$ 198 bilhões, o que representa um crescimento de 0,1% em valor e de 2% em volume, sobre igual período de 2024. No ano, a corrente de comércio soma US\$ 359 bi, com saldo de US\$ 37 bilhões”, detalhou o ministério.

O crescimento das exportações em julho abrangeu diferentes destinos, com destaque para a Argentina, que registrou o maior aumento percentual em volume: 42,4% na comparação com julho do ano anterior. O México teve alta de 17,2%, enquanto os embarques para a União Europeia subiram 7,4%. Para o Japão, o crescimento foi de 7,3%, e para os Estados Unidos, de 5%.

Entre os produtos com maior avanço nas exportações estão carne bovina, óleos brutos de petróleo, minérios de cobre e café não torrado, de acordo com os dados do MDIC.

O ministério também destacou o desempenho por setor. “A Indústria de Transformação (aquela que transforma um material primário em um produto final ou em um intermediário destinado a outra indústria de transformação, como a celulose sendo transformada em papel, por exemplo) foi o setor que teve o maior crescimento em valor (7,4%), seguida pela Indústria Extrativa (3,6%) e pela Agropecuária(0,3%)”, detalhou o MDIC.

Importações

Do lado das importações, os dados também indicam crescimento expressivo. Na comparação entre julho de 2025 e julho de 2024, houve aumento de 8,4% em valor, com destaque para bens de capital (13,4%), bens intermediários (10,8%) e bens de consumo (5,1%).

Com isso, o total importado em julho chegou a US\$ 25,2 bilhões. No acumulado do ano, as importações brasileiras somaram US\$ 161 bilhões, com avanço de 8,3% em valores e 9,7% em volume, conforme informou o MDIC.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025

NACIONAL - ALCKMIN PREVÊ ANÚNCIO DE PLANO CONTRA IMPACTO DE TARIFAS ATÉ TERÇA

Vice-presidente Geraldo Alckmin afirma que medida será voltada a setores mais atingidos pela sobretaxa dos Estados Unidos

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O plano de contingência que o governo federal prepara para apoiar os setores mais afetados pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos deve ser anunciado até a próxima terça-feira (12). A esmava foi feita pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, em entrevista concedida na quinta-feira (8), no estacionamento da sede da pasta, em Brasília (DF).

Segundo Alckmin, o plano foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que leu o material na noite anterior. A expectativa é que o anúncio ocorra nos próximos dias. “Ele (o plano de contingência) foi apresentado ao presidente Lula, que terminou ontem tarde da noite o trabalho (de

leitura). O presidente vai bater o martelo e aí vai ser anunciado. Se não for amanhã, provavelmente na segunda ou terça-feira”, disse o vice-presidente.

De acordo com Alckmin, o objetivo é criar um mecanismo de apoio direcionado às empresas mais expostas à tarifa de 50% imposta pelo governo de Donald Trump sobre produtos brasileiros. Para isso, será estabelecida uma espécie de “régua” para medir o grau de impacto sobre os diferentes segmentos produtivos, levando em consideração o peso das exportações dentro de cada setor.

“Há setores em que mais de 90% (da produção) vai para o mercado interno, com exportações de 5%, no máximo 10%. E tem setores em que metade do que se produz é para exportar. E tem setores que exportam mais da metade para os Estados Unidos. Então, foram muito expostos, estão muito expostos”, declarou.

Durante a tarde, Alckmin também se reuniu com o encarregado de negócios da embaixada dos Estados Unidos, Gabriel Escobar. O encontro não constava da agenda oficial e ocorreu após Escobar visitar o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS).

O vice-presidente não entrou em detalhes sobre o teor da reunião, limitando-se a dizer que foi “muito bom”.

Mais cedo, Alckmin recebeu representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), outro setor que deverá sentir os efeitos do tarifaço. Segundo o ministro, o impacto será ainda maior sobre o couro, principal matéria-prima utilizada pelo segmento.

“É um setor também afetado, que usa muita mão de obra. Mas, mais afetado que o calçado, é o couro. O couro, mais de 40% (da produção) é para exportação”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025

NACIONAL - TRABALHADORES E OPERADORES PORTUÁRIOS CHEGAM A ACORDO

Entendimento garante permanência do Ogmo e preserva categorias tradicionais, com ajustes nas regras de contratação

Por **GUSTAVO ZANAROLI** gustavo.zanaroli@redebeneews.com.br



Sérgio Aquino, da Fenop, e José Adilson, da FNE, durante o Summit Connect Infra: acordo prevê a manutenção das categorias de vigias, consertadores e trabalhadores do bloco

Após nove meses de negociação, as federações que representam a classe trabalhadora e os operadores portuários fecharam entendimento sobre o novo Marco Regulatório Portuário (PL 733/2025). Um dos principais pontos do acordo foi a manutenção do Órgão Gestor de Mão-de-Obra (Ogmo).

O projeto de lei, baseado no estudo feito pela Comissão de Juristas responsável pela revisão do marco legal (Ceportos) previa que as contratações poderiam ser feitas diretamente pelo terminal portuário, operador portuário ou pela Empresa Prestadora de Trabalho Portuário (EPTP), que seria criada para cuidar das contratações. Mas houve uma flexibilização. “Caso não tenha ninguém nosso registrado, cadastrado, multifuncional de dentro do sistema do Ogmo para atender o vínculo, a gente flexibiliza para contratar fora do sistema”, disse o presidente da Federação Nacional dos Estivadores (FNE), José Adilson Pereira.



O presidente da Federação Nacional dos Portuários, Sérgio Giannetto, disse que a palavra exclusividade foi substituída por prioridade. Mas o operador ainda vai precisar fazer a consulta ao Órgão Gestor. “Existe toda uma norma em que o operador vai poder contratar, mas sempre oferecendo primeiro aqueles trabalhadores do Ogmo vinculados com a média salarial. Se não for preenchido com todas as vagas por avulso, ele pode contratar um terceiro de fora, mas com aquele mesmo salário”.

O Ogmo surgiu a partir da Lei 8630, de 1993, a Lei dos Portos. O órgão passou a ser responsável pela administração e organização da mão-de-obra avulsa e isso incluía a gestão de cadastros, treinamento, pagamento e escalação dos trabalhadores avulsos. Antes, a gestão e distribuição era feita pelo sindicato laboral. No começo isso gerou atritos, mas com o passar dos anos, o Ogmo passou a ser defendido pela classe trabalhadora, principalmente quando os operadores portuários passaram a contratar mão de obra vinculada.

O acordo também prevê a manutenção das categorias de vigias, consertadores e trabalhadores do bloco. No texto original, essas funções seriam absorvidas pela estiva, capatazia ou conferência. Também houve entendimento sobre a manutenção da Guarda Portuária, que poderia ser terceirizada no projeto original.

O texto vai ser concluído, e enviado para o Ministério de Portos e Aeroportos e à Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados para analisar o novo marco regulatório. A proposta é criar uma emenda com a alteração dos argos ligados ao trabalho portuário.

A Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) informou que recebeu a concordância das federações sobre o entendimento, e agora vai atuar para as aprovações finais de assembleia e para o posicionamento das associações de terminais da coalizão.

Na última quarta-feira (6), durante a primeira sessão de trabalho da Comissão Especial, o presidente Murilo Galdino (Republicanos-PB) afirmou que pretende votar a proposta até o fim do ano.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/08/2025*

NACIONAL - PARCERIA ENTRE MINISTÉRIO E PF REFORÇA VIGILÂNCIA NOS PORTOS BRASILEIROS

Monitoramento 24 horas, inteligência integrada e expansão do Talha-Mar fazem parte do esforço para proteger áreas sensíveis da infraestrutura nacional

Da Redação redacao.jornal@redeneews.com.br

Sistemas de monitoramento e vigilância eletrônica 24h por dia, como o VTMS e o VTS, estão em operação nos portos do Açu, no Rio de Janeiro, e de Vitória, no Espírito Santo

As medidas para reforçar a segurança portuária foram tema de recente reunião entre o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o diretor geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Rodrigues. A parceria busca ampliar a presença do Estado nas áreas portuárias, por meio de fiscalização, monitoramento e controle de acesso.

“Estamos ampliando a fiscalização, reforçando o controle das fronteiras e protegendo as instalações estratégicas do setor. A parceria com a Polícia Federal e outros órgãos é essencial para garantir mais segurança nas áreas portuárias”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho.

Entre as principais iniciativas está a implantação de sistemas de monitoramento e vigilância eletrônica 24 horas por dia, como o VTMS (Vessel Traffic Management Information System) e o VTS (Vessel Traffic Services), ambos credenciados pela Marinha. Os sistemas permitem o compartilhamento de dados em tempo real com a Polícia Federal, Receita Federal e forças estaduais de segurança.

Atualmente, esses programas já estão em operação nos portos de Vitória (ES) e Açu (RJ). O Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) prevê a expansão da tecnologia para mais seis portos estratégicos: Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Itaguaí (RJ), Itaqui (MA), Rio Grande (RS) e Vila do Conde (PA), com investimento de R\$355 milhões, financiado pelas autoridades portuárias.

Talha-Mar em ação

O Ministério de Portos e Aeroportos informa que desde 2021 vem reforçando a segurança portuária com a atualização dos planos locais de proteção e a adequação ao Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS Code), da Organização Marítima Internacional (IMO). Além disso, o ministério integra o Projeto Talha-Mar, uma das principais iniciativas voltadas ao aumento da presença do Estado e ao fortalecimento da inteligência em portos das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul.

O Talha-Mar compõe o Grupo Técnico de Segurança de Infraestruturas Críticas, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI), e representa um avanço na articulação entre segurança e inteligência. Com a modernização dos sistemas e o fortalecimento da cooperação institucional, a expectativa é que os terminais operem com mais segurança, eficiência e capacidade de resposta.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/08/2025

REGIÃO CENTRO-OESTE - CENTRO-OESTE TEM ALTA DE 9% NO FLUXO DE PASSAGEIROS EM AEROPORTOS NO SEMESTRE

Movimento foi puxado por Brasília, mas também cresceu em terminais regionais; Mpor aponta impacto do turismo, agronegócio e investimentos em infraestrutura

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



De acordo com o levantamento divulgado pela Anac, o Aeroporto Internacional de Brasília liderou o movimento, com mais de 7,5 milhões de passageiros no primeiro semestre

Os aeroportos do Centro-Oeste movimentaram 11,8 milhões de passageiros entre janeiro e junho deste ano, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O volume representa um crescimento de 9% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram registrados 10,8 milhões de embarques e desembarques nos terminais da região.

O Aeroporto Internacional de Brasília liderou o movimento, com mais de 7,5 milhões de passageiros no semestre. Em seguida aparecem os aeroportos de Goiânia, com 1,8 milhão, e de Várzea Grande, em Cuiabá, com 1,2 milhão. Terminais regionais como os de Campo Grande (MS), Sinop (MT), Bonito (MS) e Alta Floresta (MT) também apresentaram alta em comparação ao ano anterior, acompanhando a ampliação de rotas, o crescimento do turismo e o aumento da demanda do setor agropecuário.

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), o resultado reflete a força de setores como o turismo, o agronegócio e o polo político administrativo de Brasília. A diretora de gestão estratégica da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), Thairyne Oliveira, afirmou que “a conectividade do Brasil passa pelo Centro Oeste, uma região de capitais importantes, marcada pelo turismo e pela força do agronegócio. O aumento na movimentação de passageiros em 2025 reflete a economia aquecida no país, projetando uma evolução positiva e contribuindo para que a aviação civil brasileira alcance resultados ainda melhores nos próximos meses”.

O MPor atribui o bom desempenho aos investimentos realizados em infraestrutura aeroportuária. No primeiro semestre, foram destinados R\$ 5,6 bilhões para obras, ampliações e modernizações em aeroportos de todas as regiões do país, incluindo terminais estratégicos do Centro-Oeste. As melhorias envolvem intervenções em pistas, implantação de equipamentos de segurança, ampliação de áreas de embarque e ações voltadas à acessibilidade.

Segundo o MPor, a malha aérea da região tem papel central na integração nacional, com Brasília funcionando como um dos principais hubs do país, conectando todas as regiões e facilitando o trânsito entre poder público, setor privado e turismo de negócios.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025

REGIÃO SUDESTE - SP DESTINA R\$ 55 MI A NOVO ACESSO VIÁRIO AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

Obra vai conectar diretamente os contornos da rodovia dos Tamoios à área portuária e eliminar gargalo logístico

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o Governo de São Paulo, a nova rota criará um acesso exclusivo ao terminal, com o objetivo de melhorar o tráfego local e otimizar a logística de entrada e saída de cargas

O Governo de São Paulo vai investir mais de R\$ 55 milhões na criação de um novo acesso ao Porto de São Sebastião. O aporte será feito por meio de termo aditivo ao contrato de concessão da Rodovia dos Tamoios, operada pela concessionária Rodovia dos Tamoios, e assinado nesta

semana pela Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI). A informação foi publicada no Diário Oficial do Estado da última quarta-feira (6).

De acordo com o governo paulista, o repasse dos recursos será escalonado, conforme o avanço físico das obras, que vão ligar os Contornos da Tamoios diretamente à área portuária de São Sebastião. A nova rota criará um acesso exclusivo ao terminal, com o objetivo de melhorar o tráfego local e otimizar a logística de entrada e saída de cargas. A expectativa é ampliar o uso do Porto de São Sebastião, consolidando-o como alternativa ao eixo logístico do Porto de Santos.

Atualmente, o acesso ao porto e ao município de Ilhabela é feito por uma via provisória, considerada inadequada para o volume de veículos pesados, sobretudo em períodos de alta temporada. Segundo o Governo, o novo investimento busca eliminar esse gargalo logístico, organizar o tráfego e conciliar as demandas de movimentação de carga com o fluxo turístico da região.

As obras serão fiscalizadas pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). A proposta também foi aprovada pela Companhia Docas de São Sebastião e pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em consonância com o planejamento estratégico voltado ao fortalecimento da infraestrutura portuária do litoral norte paulista.

Dentro da concessão da Rodovia dos Tamoios, o Governo de São Paulo já entregou os contornos Norte e Sul, com impacto direto na mobilidade dos moradores de Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba e São Sebastião, além dos turistas que visitam a região. O Contorno Sul foi inaugurado em novembro de 2024 e o Contorno Norte, em dezembro de 2023.



Todas essas ações, segundo o Governo, integram uma agenda voltada à melhoria da mobilidade regional, com reflexos no tempo de deslocamento, na segurança viária e no estímulo ao turismo e à economia local.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS TEM OPERAÇÕES SUSPENSAS POR CAUSA DA NEBLINA

Canal de navegação foi fechado no início da manhã e só reaberto após melhoria das condições climáticas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A manhã de quinta-feira (7) começou com forte neblina sobre a Baixada Santista, o que comprometeu a visibilidade no canal de navegação e resultou na suspensão temporária das operações no Porto de Santos. A paralisação começou por volta das 4h30, afetando especialmente a entrada e saída de navios cargueiros que dependem de manobras com o auxílio de práticos.

Segundo nota atualizada da Autoridade Portuária de Santos (APS), a navegação foi liberada às 8h10, com a retomada das manobras ocorrendo cerca de 50 minutos depois, por volta das 9h. O canal permaneceu fechado por mais de três horas devido às condições climáticas adversas.

Durante o período de suspensão, a travessia de balsas e embarcações de pequeno porte continuou operando normalmente. De acordo com a Capitania dos Portos, essas embarcações possuem gerência e autonomia operacional próprias, o que permite manter as atividades mesmo em situações de baixa visibilidade.

A APS e a Capitania dos Portos seguiram monitorando as condições do tempo durante toda a manhã para garantir a segurança das operações portuárias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025

REGIÃO SUL - PORTO ITAPOÁ TEM CRESCIMENTO DE 33% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Nos primeiros sete meses do ano, terminal catarinense movimentou 500 mil contêineres

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Porto Itapoá, terminal privado de contêineres localizado em Santa Catarina, registrou a movimentação de 500 mil contêineres nos primeiros sete meses de 2025. Segundo a empresa, houve um crescimento de 33% na movimentação em relação ao mesmo período do ano passado.

Somente no mês de julho, foram movimentados mais de 73 mil contêineres e cerca de 60 navios operados. Esta foi a segunda maior marca mensal no ano, atrás apenas do mês de abril, quando o terminal ultrapassou a movimentação de 73 mil unidades.

A média registrada é de em torno 72 mil contêineres por mês desde janeiro, com incremento de 17% no comparativo com os sete primeiros meses do ano passado. Além disso, o mês de julho marcou também a maior movimentação mensal da história nos gates do Porto Itapoá, com mais de 57.000 transações e média diária de cerca de 1.860 movimentações. O recorde anterior havia sido registrado em março, com pouco mais de 54.000 transações.

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), de janeiro a maio de 2025, o terminal catarinense foi o terceiro do Brasil em movimentação de contêineres, atrás do complexo portuário de Santos e do Porto de Paranaguá. Na comparação com o mesmo período

de 2024, Itapoá registrou crescimento de 32,5%, enquanto o aumento da média nacional foi de 8,35%.

Segundo o CEO do Porto Itapoá, Ricardo Arten, os resultados alcançados pelo terminal são creditados para os investimentos em infraestrutura, em tecnologia e em pessoas.

“O desempenho que alcançamos é fruto de um trabalho conjunto de excelência operacional, atenção ao cliente e foco em soluções logísticas inteligentes”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025

BRASIL EXPORT - BAHIA EXPORT ABRE DEBATE SOBRE EXPORTAÇÕES COM FOCO NA PRODUÇÃO LOCAL

Primeiro painel do fórum reúne empresários, governo e especialistas para discutir estratégias de internacionalização de produtos baianos

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



Dirigentes da ApexBrasil ao lado do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues: em julho deste ano, a entidade anunciou a criação de um novo escritório na cidade de Salvador

A inserção da produção baiana no comércio exterior será o tema central do primeiro painel do fórum Bahia Export 2025, que acontece nos dias 14 e 15 de agosto, em

Salvador. Com o tulo “A cultura exportadora da Bahia e ações para melhor promover a produção local no mercado internacional”, o debate será realizado no início da tarde do dia 14 e reunirá nomes da iniciativa privada, do setor produtivo e do governo estadual.

Apesar da vocação natural da Bahia para o comércio exterior, a pauta exportadora do estado ainda é fortemente baseada em commodities. Em julho deste ano, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) anunciou a criação de um novo escritório em Salvador, o segundo da instuição na região Nordeste. A instalação da unidade faz parte de um esforço do governo baiano para agregar valor às exportações, estimular a diversificação industrial e ampliar a participação das empresas locais no mercado internacional.

O painel será moderado por Zizette Balbino, advogada e comunicadora, e contará com a participação de Fabiano Borré, CEO da Fazenda Progresso; Moisés Schmidt, presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA); Mônica Burgos, sócia-fundadora da Avatim, marca pioneira na criação de perfumes para ambientes; e Pablo Barroso, secretário estadual da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura.

O fórum Bahia Export será realizado pelo segundo ano consecutivo como parte da agenda nacional do Grupo Brasil Export. O encontro tem como principal objevo reposicionar a Bahia como um dos grandes protagonistas do setor de logística, infraestrutura e transportes, conectando o poder público e a iniciativa privada em busca de soluções para os principais gargalos do ambiente de negócios no estado. Toda a programação será transmitida pela TVBE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025



BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO BAHIA EXPORT 2025

PROGRAMAÇÃO BAHIA EXPORT 2025

14 | AGOSTO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento do Inova Export

09h00 Abertura e atividades do Inova Export - Iniciativa tem como proposta principal conectar pessoas, ideias e soluções nos setores de infraestrutura, logística, agronegócio, portos, comércio exterior, energia e gás

09h20 Painel 1: Desafios e oportunidades para inovação no regime

10h00 Pitch de startups - Bloco 1

= Startups apresentam suas soluções inovadoras

10h20 Apresentação HUB Brasil Export | Ações conjuntas realizadas com o Ministério de Portos e Aeroportos

10h40 Keynote speaker

11h00 Encerramento do Inova Export

11h30 Credenciamento do Bahia Export

14h00 Painel 1: A cultura exportadora da Bahia e ações para melhor

promover a produção local no mercado internacional

Moderação: Zizette Balbino, Advogada e Comunicadora

Debatadores: Fabiano Borni, CEO da Fazenda Progresso; Moisés Schmidt, Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA); Mônica Burgos, Sócia-fundadora da Avatim (marca pioneira em perfumes para ambientes); Pablo Barroso, Secretário de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia

15h00 Painel 2: Os desafios para a expansão do transporte de passageiros no estado da Bahia

Moderação: Níria Blanco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export

Debatadores: Tiago Terto, Sócio da Abertal Aviação; Wanderley Galhigo Jr, Diretor de Relações Institucionais da Socicam; Júlio Ribas, CEO da Vinci Airports no Brasil; Antônio Mathias, Presidente do Conselho de Administração da INFRA S/A; Adriano Miranda, Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

15h00 Apresentação de Carlos Henrique Passos, Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)

15h20 Intervalo

15h40 Apresentação de Cláudio Villas Boas, CEO da Concessionária Ponte Salvador-Itaparica

17h00 Painel 3: Panorama e perspectivas da infraestrutura portuária da Bahia

Debatadores: Antônio Gobbo, Diretor-Presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba); Helano Pereira, Vice-Presidente Executivo de Ultracargo; Maria Eduarda Lomanto, Secretária do Mar da Prefeitura de Salvador; Roberto Zitelmann de Oliveira Jr., Presidente da Intermarítima

18h00 Apresentação: Representante do Banco do Nordeste

18h30 Apresentação: Flávio Roman, Secretário-Geral de Consultoria da Advocacia Geral da União (AGU) e Presidente da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (SELJAN)

19h00 Sessão solene com presença das autoridades convidadas: Fabrício Guimarães Juliano, CEO do Grupo Brasil Export; Sílvio Costa Filho, Ministro de Portos e Aeroportos (a confirmar); Ivana Bastos, Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia; Pedro Maia, Procurador-Geral de Justiça e Chefe do Ministério Público da Bahia; Marcus Presídio, Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Vice Almirante Gustavo Garriga, Comandante do 2º Distrito Naval na Bahia; Coronel Aviador Saulo Vinícius Sobrinho, Comandante da Base Aérea de Salvador; Aluisio Sobrinho, Presidente do Conselho do Nordeste Export; Roberto Oliva, Presidente do Conselho do Bahia Export; Daniela Borges, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Bahia (OAB-BA); Demais autoridades a confirmar

15 | AGOSTO | SEXTA-FEIRA

08h30 Painel 4: Investimentos em infraestrutura e novos negócios para expansão da indústria da Bahia

Debatadores: Adriana Marcola, Secretária de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Camaçari; Caio Zanardo, CEO da Veracel; Marcelo Lyra, Vice-Presidente de Comunicação ESG e Relações Institucionais da Acelion; Roberto Oliva, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Vladson Meneses, Diretor-Executivo da FIEB

09h30 Apresentação de Luiz Cavazza, Diretor-Presidente da Companhia de Gás da Bahia (Bahgas)

09h50 Apresentação de Marcus Cavalcanti, Secretário Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil da Presidência da República

10h10 Painel 5: Oportunidades em negócios minerais no estado da Bahia

Debatadores: Henrique Carballal, Presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM); Marcelo Silvestre, Presidente da Galvani Mineração; Tony Lima, CEO da Atlantic Nickel; Emerson Souza, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Brazil Iron

11h10 Intervalo

11h30 Apresentação especial do excelentíssimo sr. Rui Costa, Ministro da Casa Civil da Presidência da República

12h00 Palestra do excelentíssimo sr. Flávio Dino, Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

13h00 Encerramento

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/08/2025



BAHIA ECONÔMICA - BA

EXPORTAÇÕES BAIANAS TÊM QUEDA DE 26,3% EM JULHO

Por Matheus Souza - 08/08/2025 17:00 - Atualizado 08/08/2025

Em meio às incertezas com o tarifaço de Donald Trump, as exportações baianas tiveram uma redução de 26,3% em julho, motivada por um recuo do volume embarcado de 24,1% e uma retração nos preços médios de 3%, todos comparados com igual mês de 2024. As informações foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria de Planejamento (Seplan), a partir da base de dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).



Foto: Jean Vagner/Ascom SEI

Os principais segmentos de exportação do estado apresentaram forte recuo nos volumes embarcados, com exceção do setor de papel e celulose, que registrou aumento de 5,9% no volume de embarques no comparativo interanual. Em compensação, os preços da celulose caíram 24,7%, uma das mais expressivas dentre os principais setores exportadores, reduzindo as receitas do setor em 20,3%. Com a redução de embarques atuando como principal motivador para queda das receitas, o setor líder da pauta, o de soja e derivados, teve recuo de 32,7%; o de derivados de petróleo, -74,3%; o químico, -14,7%; o de derivados de cacau, -14,3%; o algodão, -22,6%; e os minerais, -37,6%.

Na contramão do ocorrido nacionalmente, não houve na Bahia antecipação de embarques para os EUA em função do tarifaço americano. As vendas para os EUA no mês recuaram tanto em volume (-12,4%), quanto em valor (-3,6%).

É bom lembrar que além da tarifa de 10% anunciada no início de abril para a importação de bens brasileiros, os EUA divulgaram em julho imposto adicional de 40%, totalizando 50%. A tarifa de 50% entrou em vigor em 06/08, mas com lista de exceção que corresponde a 40% da pauta baiana para os EUA (Celulose, Derivados de petróleo e Sisal).

As importações alcançaram US\$ 749,7 milhões em julho, também com recuo de 18,2% devido à contínua redução no ritmo da atividade econômica, o que resultou numa queda de 9,7% no volume desembarcado, enquanto que os preços também caíram na média em 9,4%, sempre no comparativo interanual.

É bom destacar que, em julho, o valor importado de bens de capital avançou mais que nas demais categorias econômicas, apesar da queda no ritmo da atividade. O volume desembarcado desse tipo de bem aumentou 6% em julho, com alta de 53% em valor e de 44,5% em preços. O dinamismo pode estar relacionado a uma maior demanda local por equipamentos destinados a investimentos de infraestrutura e industriais de longo prazo.

Com os resultados apurados em julho, a Bahia exportou no acumulado do ano US\$ 6,28 bilhões, queda de 2,6% ante o mesmo período do ano anterior. As importações somaram US\$ 5,28 bilhões, também com recuo de 19,2% no período. O saldo comercial da Bahia até julho chegou a US\$ 1,0 bilhão, contra um déficit de US\$ 90,3 milhões em igual período do ano passado. A corrente de comércio, soma de exportações e importações, alcançou US\$ 11,56 bilhões, com uma retração de 10,95%.

Fonte: Bahia Econômica
Data: 08/08/2025

BAHIA INVESTE EM OBRAS DE MACRODRENAGEM PARA COMBATER ALAGAMENTOS E PROTEGER A POPULAÇÃO DA RMS

Por VICTOR OLIVEIRA - 08/08/2025 16:59

Com foco na prevenção de alagamentos e enchentes que afetam a Região Metropolitana de Salvador (RMS), o Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), está promovendo um conjunto de obras de macrodrenagem em áreas estratégicas da capital e da RMS. As intervenções estão sendo executadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), empresa vinculada à Sedur.

Um dos principais projetos em andamento é a macrodrenagem para canalização e revestimento na calha dos rios Jaguaribe e Mangabeira, em trecho localizado na orla de Salvador. Com investimento total de aproximadamente R\$ 273 milhões, oriundos de recursos federais com contrapartida estadual, as intervenções têm como objetivo minimizar os efeitos adversos das chuvas para os moradores do entorno. Ao todo, serão requalificados 10.135 metros de canais, com conclusão prevista para 21 de março de 2026.



Foto: Divulgação/ Conder

“O investimento em macrodrenagem é uma medida de proteção à população que sofre com os impactos das chuvas há décadas. O Governo do Estado, por meio da SEDUR, está atuando com planejamento, técnica e compromisso, levando infraestrutura de qualidade para garantir mais segurança, dignidade e qualidade de vida para quem vive nas áreas mais vulneráveis da capital e da Região Metropolitana.”, concluiu Jusmari

oliveira

Além disso, seguem em andamento as obras de macrodrenagem em bairros como Bonfim, Boa Viagem e Massaranduba, também em Salvador. Com investimento de cerca de R\$ 78,6 milhões, totalmente provenientes de recursos federais, essa frente de intervenção já alcançou 61,39% de execução física e tem previsão de entrega em julho de 2026.

Outra iniciativa importante é a obra de macrodrenagem na Rua Nilo Peçanha (Baixa do Fiscal), no bairro do Uruguai, incluída no escopo do Novo PAC. A proposta visa solucionar os problemas de drenagem nas regiões da Calçada e Alagados III, abrangendo um trecho de 1.279 metros entre a Enseada dos Tainheiros e a Feira do Curtume. A intervenção inclui dragagem, rebaixamento, alargamento e revestimento da calha, substituição de trechos de canal já existentes e desapropriação de edificações que interferem na execução das obras hidráulicas. O investimento estimado é de R\$ 53,2 milhões, com início previsto para os próximos meses.

Também em fase avançada está o projeto de macrodrenagem da Bacia do Rio Joanes/Ipitanga, em execução desde 2018. Com investimento de R\$ 212,4 milhões, provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e contrapartida estadual, a obra abrange diversos municípios da RMS, desde a Represa de Ipitanga I até a foz, em Lauro de Freitas. As intervenções incluem a construção de novos canais de macrodrenagem, seis reservatórios de águas pluviais, desassoreamento do rio para facilitar o escoamento das chuvas, além de equipamentos urbanos. A previsão de conclusão é dezembro de 2025.

As obras reforçam o compromisso do Governo da Bahia em promover infraestrutura urbana de qualidade, proteção ambiental e segurança para a população que convive com os impactos das fortes chuvas. A macrodrenagem é uma medida estruturante essencial para reduzir os riscos de inundações e garantir mais qualidade de vida para quem vive nas áreas afetadas.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 08/08/2025

GOVERNO ASSINA DECRETO PARA DESAPROPRIAR ÁREA PARA PONTE SALVADOR-ITAPARICA

Por João Paulo - 08/08/2025 13:00

O governo da Bahia autorizou, nesta sexta-feira, 8, a desapropriação de uma área de 1.790,760m², localizada na capital baiana, para implantação dos acessos viários da Ponte Salvador Itaparica. O



decreto assinado pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT) autoriza a Secretaria de Infraestrutura (Seinfra) e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) a promover atos administrativos e judiciais para a desapropriação do terreno, incluindo a indenização aos proprietários.

Foto: Foto: Reprodução/GOVBA

O local que será desapropriado não foi descrito pela gestão, mas já foi identificado e mapeado pela Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia (SIT), que elaborou o

estudo técnico e o projeto para a ocupação da área. A construção da ponte Salvador-Itaparica é uma promessa histórica dos governos do PT, que iniciou a propagação pelo então governador Jaques Wagner, e foi endossada por Rui Costa, mas, não foi à frente.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 08/08/2025

BRASKEM ESTUDA INSTALAR UNIDADE VERDE NA BAHIA

Por Bruna Carvalho - 08/08/2025 09:00



Foto: Divulgação

A Braskem planeja manter e modernizar suas duas centrais petroquímicas no Polo Industrial de Camaçari e avalia implantar no estado um projeto verde semelhante ao que já opera no Rio Grande do Sul, produzindo eteno a partir do etanol de cana-de-açúcar.

Segundo o presidente da companhia, Roberto Ramos, a Bahia segue como prioridade, mesmo diante do cenário mais difícil da história do setor petroquímico mundial. A empresa também estuda o uso de matérias-

primas como milho e agave, este último pesquisado no interior do estado pelo projeto Brave, da Shell, Unicamp e Senai Cimatec.

Ramos explicou que a planta 1, mais antiga, pode receber adaptações para uso de gás, que já compõe 10% da mistura, enquanto a planta 2 deve elevar esse percentual para 30%. A estratégia de investimentos depende de medidas de competitividade internacional, como o programa Presiq, que prevê incentivos e estímulo à produção de baixo carbono.

O executivo afirmou que possíveis mudanças acionárias, como a venda da participação da Novonor para o empresário Nelson Tanure, não devem afetar os planos. “No futuro, a produção da Braskem será verde. Seja no etanol de cana, como de milho, mas também, no caso da Bahia, com o etanol de agave”, disse.

Fonte: Bahia Econômica

Data: 08/08/2025

BRASKEM NEGA INFORMAÇÃO DE QUE ESTARIA COLOCANDO À VENDA SUAS FÁBRICAS NOS ESTADOS UNIDOS

Redação - 07/08/2025 19:30 - Atualizado 08/08/2025

O jornalista Geraldo Samor do portal Brazil Journal, afirmou nesta quinta-feira (07) que a Braskem está trabalhando com o Citi e Santander num processo de venda de sua operação nos Estados Unidos. Seriam as três fábricas de polipropileno no Texas, West Virginia e Filadélfia, com uma capacidade de produção de 2 milhões de toneladas por ano. Os ativos da empresa nos Estados Unidos valeriam mais de US\$ 1 bilhão.



são parte integral da estratégia da companhia. A manutenção das plantas dos EUA é fundamental para a realização desta estratégia.

Neste momento, há grupos em negociação com a Braskem, a exemplo do empresário Nelson Tanure por meio do fundo Petroquímica Verde que, inclusive, teve aprovada sua intenção no Cade (veja aqui), não fazendo sentido a empresa fatar seus ativos.

Fonte: Bahia Econômica
Data: 08/08/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

COM TARIFAÇO, TAURUS DECIDE TRANSFERIR PRINCIPAL LINHA DE MONTAGEM DE ARMAS PARA OS EUA

Empresa, que tem fábrica no Rio Grande do Sul, vai montar 900 das 2,1 mil armas produzidas diariamente nos Estados Unidos

Por Leticia Lopes — Rio



Armas da Taurus — Foto: Rodrigo Ziebbel/Framephoto/Ag. O Globo

Por conta da tarifa de 50% imposta pelo presidente Donald Trump às exportações brasileiras, a fabricante de armas Taurus decidiu transferir sua principal linha de montagem do Rio Grande do Sul para os Estados Unidos. Com o anúncio, as ações da empresa caem 4,44% na tarde desta sexta-feira, sendo negociadas a R\$ 4,73.

Em comunicado, o CEO global da Taurus, Salesio Nuhs, afirmou que, desde que as discussões sobre o tarifaço começaram, a empresa vem tomando providências para minimizar os efeitos da política americana.

Ele cita que, desde abril, a Taurus começou a reforçar o estoque de produtos acabados nos Estados Unidos, de forma preventiva, para suprir o mercado americano. Além disso, para evitar a taxaço de 50%, a companhia também antecipou exportações de algumas peças e partes de armas para os EUA, em especial carregadores.

"Temos cerca de 90 dias de estoque, o que dará autonomia de alguns meses com produtos internalizados antes da nova tarifa", afirmou Nuhs no texto.

Agora, a companhia decidiu iniciar o processo de transferência das linhas de montagem de armas da família G, principal linha de produtos da Taurus, do Rio Grande do Sul para os Estados Unidos. Segundo a empresa, a partir de setembro serão montadas diariamente no país cerca de 900 armas, de um total de 2,1 mil produzidas no Brasil que hoje são destinadas ao país americano.

"Todas essas importantes medidas, assim como possíveis outras, manterão a empresa geradora de resultado, EBITDA e de caixa", defendeu o CEO.

O comunicado assinado por Nuhs também destaca que a Taurus continua se articulando com autoridades do governo brasileiro, "evidenciando a importância estratégica da empresa e mostrando que uma alta taxa, seja na arma e/ou na peça, dificulta a operação da companhia para exportar para os Estados Unidos".

O texto cita conversas com autoridades, além dos vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Fernando Haddad, negociações com o governo do Rio Grande do Sul para a liberação de créditos de ICMS, "de modo a fortalecer o fluxo de caixa da companhia".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/08/2025

PETROBRAS NÃO DEVE PAGAR DIVIDENDOS EXTRAORDINÁRIOS NESTE ANO

Estatual informou que vai pagar R\$ 8,66 bilhões em dividendos ordinários referentes ao segundo trimestre de 2025

Por Bruno Rosa



Edifício da Petrobras em obras — Foto: Júlia Aguiar

A Petrobras vê como baixa a chance de a companhia distribuir dividendos extraordinários neste ano com a cotação do preço do petróleo na faixa dos US\$ 60. Segundo Fernando Melgarejo, diretor de Relações com Investidores da Petrobras, para que haja uma distribuição extraordinária de dividendos seria necessário ter excesso de caixa superior à necessidade operacional da companhia.

-- Mas isso só é possível se houver geração de caixa operacional suficiente para cumprir todo o capex (investimento), todo o opex (gastos operacionais) e, mesmo assim, sobrar recurso. Isso depende muito de quê? De duas variáveis: preço e quantidade (de petróleo). A quantidade vem evoluindo, mas o preço realmente cedeu. E, se continuar nesse patamar, vemos menos chances de que seja possível realizar o pagamento de dividendos extraordinários neste ano - afirmou ele, durante teleconferência de resultados do segundo trimestre.

Ontem, a estatal informou que vai pagar R\$ 8,66 bilhões em dividendos ordinários referentes ao segundo trimestre de 2025. O governo federal vai abocanhar 28,67% desse total. Nos primeiros três meses deste ano, a estatal já havia distribuído R\$ 11,72 bilhões em ganhos. O número, no entanto, veio abaixo da previsão de mercado.

-Circunstancialmente, o dividendo gerado neste trimestre pode ter frustrado um pouco o mercado, mas ele foi impactado por eventos não recorrentes, que não devem se repetir nos próximos períodos. Por isso, entendemos que essa reação tende a ser passageira. Estamos confiantes na recuperação rápida desse preço - disse Melgarejo, explicando que a companhia está em uma trajetória de recomposição de reservas e aumento de produção.

Além da redução do preço do petróleo, a estatal destacou o aumento das despesas operacionais, principalmente em decorrência dos gastos com o Acordo de Individualização da Produção da Jazida Compartilhada de Jubarte (na Bacia de Campos, no litoral do Espírito Santo), que somaram R\$ 3,849 bilhões. Houve ainda impairment (espécie de depreciação) de ativos e de investimentos no valor de R\$ 1,041 bilhão.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/08/2025

DEPOIS DE NOVE ANOS DE INTERRUÇÃO, BRASIL RETOMA VOOS DIRETOS COM A VENEZUELA

Gol anunciou quatro frequências semanais entre São Paulo e Caracas

Por João Sorima Neto — São Paulo



Boeing 737 Max fará voos entre São Paulo e Caracas, na Venezuela — Foto: Divulgação

Depois de nove anos, o Brasil volta a ter voos diretos para Venezuela. A companhia aérea Gol anunciou o início das operações sem escalas entre o Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, e o Aeroporto Internacional de Maiquetía - Simón Bolívar, que atende a capital, venezuelana, Caracas. Desde o último dia 5 de agosto, a empresa abriu quatro frequências semanais de ida e volta entre os dois

aeroportos, às terças, quintas, sábados e domingos.

A aposta da Gol na rota leva em conta o potencial de que o Brasil funcione como um ponto de conexão entre a Venezuela e o Cone Sul. E também os milhões de venezuelanos que migraram para países da América do Sul, nos últimos anos, buscando melhorar sua situação econômica, são potenciais clientes dessa rota.

Nos últimos anos, a operação de companhias estrangeiras na Venezuela encolheu. Empresas como Lufthansa, Alitalia e Air Canadá anunciaram a suspensão de voos com Caracas entre 2014 e 2016, período em que o governo venezuelano restringiu a compra e saída de dólares do país.

Essa medida impedia que empresas estrangeiras, não só do setor aéreo, mas de todos os demais segmentos, repatriassem seus lucros. Embora ainda hajam algumas restrições, a Venezuela passou por um processo de flexibilização no controle cambial, permitindo maior liberdade no envio de dólares para o exterior.

A nova rota reforça a expansão internacional da companhia, ampliando as conexões entre as principais cidades do continente. No ano passado, a Gol já havia ampliado sua malha internacional em Guarulhos com voos diretos para San José (Costa Rica) e Aruba (Caribe), além de ter aumentado sua oferta para destinos na Argentina, como Buenos Aires/Aeroparque e Córdoba. Com Caracas, a Gol passa a oferecer mais de dez destinos internacionais sem escalas a partir de Guarulhos.

Os voos para Caracas serão feitos com aeronaves Boeing 737 MAX, com capacidade para 176 passageiros na configuração internacional.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/08/2025

ITAMARATY CHAMA ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DA EMBAIXADA DOS EUA PARA FALAR SOBRE AMEAÇAS A ALEXANDRE DE MORAES

Gabriel Escobar também se reuniu ontem com o vice-presidente Geraldo Alckmin
Por Eliane Oliveira — Brasília



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro Alexandre de Moraes — Foto: Fotos de Tasos Katopodis/Getty Images via AFP e Brenno Carvalho/O Globo

O encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, Gabriel Escobar, foi chamado pelo Itamaraty, nesta sexta-feira. O objetivo do governo brasileiro foi demonstrar seu descontentamento em relação aos novos ataques da representação ao ministro do Supremo Tribunal

Federal (STF), Alexandre de Moraes.

Foi recebido pelo embaixador Flavio Goldman, que ocupa interinamente a secretaria de Europa e América do Norte. Segundo interlocutores, o embaixador teria manifestado a profunda indignação do governo brasileiro com o tom e com o conteúdo das postagens recentes do Departamento de Estado e da embaixada.

Esta é a quarta ida de Escobar ao Itamaraty, desde o início da crise entre Brasil e EUA, causada pelo tarifaço promovido pelo presidente americano, Donald Trump. A Casa Branca determinou a aplicação de sanções a Moraes e insiste em colocar o processo que corre no STF contra o ex-presidente Jair Bolsonaro em uma negociação comercial - hipótese rechaçada pelo governo brasileiro.

Na última quinta-feira, a embaixada americana usou as redes sociais, mais uma vez, para fazer ameaças, instrução de Washington.

"O ministro Moraes é o principal arquiteto da censura e perseguição contra Bolsonaro e seus apoiadores. Suas flagrantes violações de direitos humanos resultaram em sanções pela Lei Magnitsky, determinadas pelo presidente Trump. Os aliados de Moraes no Judiciário e em outras esferas estão avisados para não apoiar nem facilitar a conduta de Moraes. Estamos monitorando a situação de perto", diz a mensagem da embaixada.

Gabriel Escobar se reuniu, ontem, com o vice-presidente Geraldo Alckmin. Os detalhes da conversa não foram divulgados.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/08/2025

DEMORA EM PLANO PARA EXPORTADOR É REFLEXO DE DESORIENTAÇÃO

Por Manoel Ventura — Brasília

Há quase um mês, Donald Trump anunciou uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros vendidos aos Estados Unidos. A medida deixou o governo brasileiro completamente em choque, diante da imprevisibilidade e dos argumentos usados, como o processo em andamento no Supremo Tribunal Federal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Essa desorientação inicial aparentemente se refletiu na demora em anúncios concretos de ações para mitigar os efeitos das sanções de Trump no setor produtivo e nos empregos dos brasileiros.



Presidente Lula, Ministro da Fazenda, Fernando Haddad e ice-presidente Geraldo Alckmin: pacote de socorro às empresas atingidas pela tarifa de 50% de Trump ainda não foi anunciado — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

É esperado que as medidas tenham foco sobre as empresas afetadas e com intensidade adequada para cada situação — inclusive para se evitar uma gastança desenfreada diante da já frágil situação fiscal.

Porém, é necessária uma atuação mais concreta especialmente para alguns setores, como aqueles que lidam com produtos perecíveis, pequenas e médias empresas e exportadores que dependem muito dos Estados Unidos.

Na semana seguinte ao anúncio do tarifaço, o vice-presidente Geraldo Alckmin começou a se reunir com os setores afetados e o governo passou a ter um quadro mais claro sobre os impactos. A formalização das tarifas veio na semana passada, com exceções, que também permitiram desenhar de maneira mais objetiva como a tarifa afetaria a economia brasileira.

Mesmo assim, o programa de socorro segue à espera das decisões do governo, aumentando incertezas e impedindo que os setores afetados tenham acesso ao menos às linhas gerais do que está sendo planejado.

O Executivo brasileiro ainda espera que alguns produtos saiam da lista, como café, carne e algumas frutas, o que ajuda a explicar o porquê de nada ter sido anunciado ainda.

Houve ainda divergências dentro do governo, especialmente entre Casa Civil e Fazenda, que antagonizam com frequência sobre os rumos da política econômica.

O modelo do programa de manutenção do emprego também não está fechado. O governo não quer reeditar o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) criado durante a pandemia, que previa redução de jornada e salário com compensação parcial: a atual gestão não quer repetir um modelo que dispensava a participação sindical em acordos.

São disputas internas no governo que não podem atrapalhar um plano emergencial de socorro a empresas e empregos — diante de uma negociação obstruída e que está longe de um desfecho.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/08/2025

BRASKEM DIZ QUE ESTÁ EM DISCUSSÕES SOBRE VENDA DE ATIVOS NOS EUA; AÇÕES SOBEM

Movimento acontece enquanto Petrobras quer ainda ampliar poder de gestão na sexta maior petroquímica do mundo

Por Paulo Renato Nepomuceno e Bruno Rosa — Rio de Janeiro

A Braskem confirmou nesta sexta-feira que está em tratativas com a Unipar para vender seus ativos nos Estados Unidos. Às 16h16, o papel da empresa avançava 6,67%, aos R\$ 8,95, liderando a alta do Ibovespa, o principal índice da B3.

Segundo a empresa, foram iniciadas “conversas sobre potenciais oportunidades envolvendo ativos e/ou participações societárias da Companhia e de suas subsidiárias”, revelou em fato relevante divulgado ao mercado.

A informação foi revelada ontem pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim. Segundo a nota, a petroquímica estaria negociando com a Unipar a venda das unidades industriais de produção de polipropileno no Texas, na Pensilvânia e em West Virginia.



Polo Petroquímico da Braskem no Grande ABC, em São Paulo — Foto: Reprodução / Braskem

A negociação de venda está sendo conduzida diretamente pela Novonor (ex-Odebrecht), que detém 50,1% do capital votante da empresa. Além das operações nos EUA, a Braskem possui unidades no México e na Alemanha. Há ainda escritórios na Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Holanda e Cingapura.

Há três semanas, a Petroquímica Verde Fundo de Investimento em Participações, ligada ao empresário Nelson Tanure, e a Braskem notificaram o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), solicitando autorização para uma potencial transação envolvendo as ações da Novonor.

A Petrobras, por sua vez, que possui 47% do capital votante da Braskem, quer participar dessas negociações e também fez uma notificação no Cade. Em entrevista ao GLOBO, Magda Chambriard, presidente da Petrobras, disse que precisa saber quais são as intenções do novo sócio. Ela lembrou que deseja que a estatal tenha maior poder de gestão na empresa.

— A Petrobras não concorda com a completa independência da Braskem. Na empresa, cada ativo trabalha por si, sem se relacionar com a diretoria colegiada que define os rumos. A gente não concorda. Precisamos exercer mais poder na Braskem. Queremos exacerbar as sinergias entre Petrobras e Braskem. Não é útil para a gente uma Braskem independente demais, porque a gente perde essa sinergia. E, perdendo sinergia, você deixa dinheiro sobre a mesa — disse Magda.

Segundo fontes, a estratégia entre Braskem e Tanure envolve a criação de um fundo de private equity (de participações acionárias). A ideia é que o fundo reúna as ações da Braskem em posse da Novonor e que foram dadas como garantia aos bancos credores — como Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e BNDES — em decorrência do processo de recuperação judicial da holding Novonor.

A proposta é que o novo investidor compre a maior parte das ações da Novonor por meio desse fundo, em um processo que poderia incluir ainda uma capitalização da Braskem. Esse investidor passaria a controlar o fundo diretamente, sem a presença dos bancos, adquirindo os créditos desses credores previamente, por meio de um processo de renegociação.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/08/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

PAÍSES ÁRABES QUEREM COMPRAR MAIS PRODUTOS BRASILEIROS EM ALTERNATIVA AOS ESTADOS UNIDOS

Diagnóstico de estudo apontou para 13 produtos que poderiam ser exportados ou aumentar as vendas já existentes para o mercado árabe

Por Isadora Duarte (Broadcast)

BRASÍLIA - Países árabes querem comprar mais produtos do Brasil como alternativa ao tarifaço dos Estados Unidos. Um estudo realizado pela Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, antecipado com exclusividade ao Estadão/Broadcast, mapeou os produtos mais afetados pelo tarifaço de 50% que entrou em vigor na quarta-feira, 6, sobre produtos brasileiros vendidos ao mercado americano.

A pesquisa traz os volumes de importação desses itens pelos países árabes, os principais países árabes importadores dos itens e potenciais destinos substitutos na exportação. As oportunidades concentram-se sobretudo na comercialização de produtos do agronegócio brasileiro aos 22 países da Liga Árabe.

Comparação de tarifas

Estudo aponta produtos brasileiros que interessam aos países árabes

Produto	Tarifa dos EUA ao Brasil(%) 50	Tarifa média dos países árabes ao Brasil (%)
Produtos semimanufaturados de ferro/aço	50,00	0 a 12
Café não torrado/não descafeinado	50,00	0
Petróleo refinado	50,00	5
Carne bovina congelada	50,00	0 a 6
Produtos semimanufaturados de ligas de aço	50,00	5 a 12
Bulldozers e angledozers	50,00	5
Carregadoras e pás carregadoras	50,00	5 a 6
Açúcar	50,00	0 a 20
Madeira de coníferas	50,00	5 a 20
Portas e seus caixilhos e soleiras de madeira	54,80	5 a 30
Niveladores de solo	50,00	5
Outras madeiras compensadas de espessura inferior a 6 mm	50,00	5 a 10
Madeira de pinheiro de espessura superior a 6 mm	50,00	0 a 5

Tabela: Estadão • Fonte: Câmara de Comércio Árabe-Brasileira • [Obter dados](#)

O diagnóstico do estudo apontou para 13 produtos entre os principais exportados pelo Brasil para os Estados Unidos dos últimos cinco anos, que poderiam ser exportados ou aumentar as vendas já existentes para o mercado árabe. Para cada produto, a Câmara Árabe sugere três países promissores para importação dos itens brasileiros.

Um dos produtos com potencial de ser mais exportado aos países árabes é o café verde. O Brasil exportou US\$ 513,83 milhões em café não torrado para o mercado árabe em 2024, ante vendas de US\$ 1,896 bilhão para os Estados Unidos. A câmara aponta potencial de expansão das vendas de café verde para Arábia Saudita, Kuwait e Argélia. No caso da Arábia Saudita, dos US\$ 400 milhões importados em 2024 de café, apenas US\$ 49,12 milhões foram provenientes do Brasil, havendo, portanto, espaço para crescimento da participação brasileira.

Já em carne bovina, Egito, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita são países que podem ampliar as compras da proteína brasileira. No caso do Egito, dos US\$ 927,12 milhões importados de carne bovina pelo país em 2024, apenas US\$ 273,07 milhões são da proteína brasileira. No último ano, o Brasil exportou US\$ 1,211 bilhão de carne bovina para os países árabes, ante US\$ 885 milhões exportados aos Estados Unidos.

Em outra ponta, há produtos que são exportados pelo Brasil aos Estados Unidos, mas ainda não são vendidos aos países árabes e têm pequeno potencial de absorção, caso dos produtos semimanufaturados de ferro ou aço e madeira de coníferas. Bulldozers e angledozers (máquinas de construção) e carregadoras e pás carregadoras são itens com importação elevada pelos países árabes, mas ainda com exportação incipiente do Brasil, ou seja, com espaço para crescimento das vendas brasileiras ao mercado árabe.



Há produtos que são exportados pelo Brasil aos Estados Unidos mas ainda não vendidos aos países árabes e com potencial de pequena absorção, caso dos produtos semimanufaturados de ferro ou aço e madeira de coníferas Foto: Márcio Fernandes/Estadão

No caso do café não torrado, por exemplo, ele pode chegar aos países árabes com tarifa zerada, enquanto os Estados Unidos cobrarão 50% sobre o produto brasileiro. Na carne bovina congelada, as alíquotas árabes variam de zero a 6%. O açúcar chega ao mercado árabe com tarifa de zero a 20%.

Produtos semimanufaturados de ferro e aço estão sujeitos à alíquota de 50% dos Estados Unidos, enquanto no mercado árabe a taxa varia de zero a 12%. Petróleo refinado, que está entre os principais produtos exportados do Brasil aos EUA, tem tarifa de 50% para entrar no mercado americano, em comparação com 5% de cobrança nos países da Liga Árabe, aponta o estudo.

Esse movimento tem dois objetivos, segundo a Câmara: mitigar os impactos da nova tarifa dos Estados Unidos (sobretaxa de 40% em adicional à alíquota de 10% em vigor desde 6 de abril) e ampliar a parceria comercial do Brasil com os países árabes. Para chegar aos resultados, a Câmara cruzou os 20 principais produtos exportados pelo Brasil aos Estados Unidos, os principais destinos consumidores desses itens no mercado árabe e análise tarifária, considerando apenas os produtos que ficaram sujeitos à alíquota cheia de 50% e não entraram na lista de exceções.

Há demanda crescente dos países árabes pelos produtos brasileiros com redução tarifária, com alíquotas que variam de zero a 30%, avalia a Câmara Árabe. Esses fatores, somados à escalada tarifária dos Estados Unidos, podem ser vistos como oportunidades para redirecionar e ampliar os fluxos comerciais das exportações brasileiras, observa a Câmara.

“Os países árabes têm crescimento populacional e econômico acima da média mundial, têm população jovem e o Brasil é um importante provedor para a segurança alimentar de lá”, observa Mohamad Mourad, secretário-geral da Câmara. Para ele, o mercado árabe deve, portanto, estar nas prioridades das empresas e do governo nas estratégias de redirecionamento dos produtos que deixarão de ser exportados aos Estados Unidos.

Não há uma estimativa de quanto poderia ser redirecionado aos países árabes, mas parte pode ser absorvida pelo mercado árabe ainda este ano, projeta Mourad. “O estudo aponta para crescer paulatinamente o comércio, mas em alguns produtos pode haver demanda imediata. Carne bovina e café são produtos com potencial de rápida colocação nos países árabes, podendo colher resultados rápidos, embora 100% do que seria exportado aos Estados Unidos seja absorvido”, explicou. Para isso, o setor produtivo e as empresas terão de ser proativos, avalia.



Em 2024, o Brasil exportou o recorde de US\$ 23,68 bilhões para os países árabes, com superávit para o lado brasileiro de US\$ 13,50 bilhões. Emirados Árabes Unidos, Egito e Arábia Saudita lideram as importações de produtos nacionais. Para este ano, a expectativa é de estabilidade a leve crescimento nas vendas externas do Brasil à Liga Árabe.

Produtos do agronegócio predominam na pauta brasileira de exportação ao bloco, respondendo por 76% dos embarques no último ano. Os itens mais vendidos ao mercado árabe são açúcar, frango, minério de ferro, milho e outros cereais e carne bovina.

O Brasil é o principal fornecedor de gado, carne suína, carne de frango, milho, soja em grãos, amendoim, gordura de bovino, ceras vegetais, açúcar, suco de laranja congelado, tabaco brut, minério de ferro, minério de alumínio, celulose, ferro gusa bruto (usado para produção de aço) e resíduos de estanho (usado para fabricação de ligas metálicas) para o mercado árabe, mostra o estudo.

A Câmara ressalta que há complementaridade na pauta comercial do Brasil com países árabes, além de alíquotas menores em uma gama de produtos. O País importa sobretudo do mercado árabe petróleo e fertilizantes e exporta commodities agrícolas e alimentos.

“É preciso levar a ideia do Brasil como um fornecedor confiável, com menor custo benefício ao importador com preço competitivo e qualidade. O tema da segurança alimentar é muito sensível aos países árabes”, lembrou Mourad. Ele afirma que o custo do frete, apesar da logística dificultada, não é um impeditivo para as compras.

Além das questões de negócios, a Câmara quer reforçar com o governo a identificação dos países árabes com o Brasil e a relação histórica de mais de um século entre os mercados. “Não tenho dúvidas de que país a país vai escolher mais pelo Brasil não somente em alimentos, mas nos mais diversos produtos”, disse o secretário-geral da Câmara.

Entre os países que carecem de “atenção especial” do setor privado brasileiro para expansão do fluxo comercial, a Câmara Árabe cita Egito, Argélia, Iraque e Líbia. “O Egito, pelo fato de ter acordo comercial vigente com o Mercosul, continua sendo um parceiro muito importante e o acordo facilita as exportações”, observa Mourad.

“Líbia e Iraque, por sua vez, gozam de certa estabilidade e têm economias ligadas à exploração do petróleo, o que mostra liquidez e apetite para comprar. Já a Argélia é um país com mais de 40 milhões de habitantes, exporta petróleo, importante consumidor de bens, porém com altas tarifas para importação que precisam ser negociadas”, observou o secretário-geral da Câmara.

Plano de trabalho

A Câmara Árabe sugere ainda ao governo brasileiro um escopo de ações para fomentar a exportação brasileira aos países árabes. As ações são divididas em três frentes: sensibilização, diversificação de comércio e facilitação.

O plano prevê ações coordenadas entre a Câmara Árabe, empresas brasileiras e o governo brasileiro para maximizar o redirecionamento de fluxos comerciais e explorar searas de crescimento. As principais áreas incluem a promoção comercial de produtos com alta atratividade tarifária e demanda no mercado árabe, o apoio à adaptação de empresas brasileiras às exigências locais (como a certificação halal) e o fortalecimento de acordos comerciais e diplomáticos.

Medidas como a facilitação de vistos de negócios para empresários brasileiros e árabes para países como Arábia Saudita, Argélia, Catar e Kuwait; organização de missões comerciais e atração de investimento aos países árabes e islâmicos são ações práticas sugeridas.

A Câmara Árabe ressalta a necessidade ainda de o Mercosul fechar acordos de livre comércio com países árabes. Há negociações em andamento com Tunísia, Marrocos, Jordânia, Líbano e com o próprio Conselho de Cooperação do Golfo. Como exemplo, a câmara cita o acordo comercial entre

Egito e Mercosul, firmado em 2010. “Desde lá, as exportações brasileiras ao Egito quase dobraram”, apontou Mourad. Hoje as tratativas mais avançadas são com os Emirados Árabes Unidos.

Na avaliação de Mourad, tanto os países árabes quanto o Brasil têm de aproveitar também o bom momento das relações entre o governo brasileiro e o mercado árabe. “O governo sabe trabalhar muito bem essa região, enxerga o peso econômico e o potencial de consumo e respeita a importância do mundo árabe”, pontuou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/08/2025

GOVERNO LULA PREVÊ ESCALADA DE TRUMP POR CONDENAÇÃO DE BOLSONARO E RETALIAÇÃO VIRA ‘CARTA NA MANGA’

Executivo avalia ainda que telefonema entre presidentes seria armadilha e poderia resultar em aumento de tarifas; leia bastidor

Por Felipe Frazão

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou de retaliar os Estados Unidos imediatamente após a entrada em vigor do tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros, na quarta-feira, dia 6, não apenas por apelos do setor privado. Integrantes do governo avaliaram que aplicar a medida agora poderia de fato ser “contraproducente”, prejudicar esforços de interlocução e penalizar ainda mais a economia brasileira, mas há uma razão política de fundo.

O governo enxerga a Lei de Reciprocidade Econômica como uma “carta na manga” a ser usada para um cenário que já antevê: a escalada de tensão com possíveis novas sanções do presidente dos EUA, Donald Trump, a partir de setembro, quando o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado entra em fase final, podendo ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Governo avalia ainda que telefonema entre Lula e Trump seria armadilha e poderia resultar em aumento de tarifas Foto: Wilton Junior/ Estadão

O governo brasileiro prevê que Trump possa voltar a usar munição política, no curto prazo, com sanções a partir da Lei Magnitsky, já aplicada contra o ministro do STF Alexandre de Moraes, relator da ação penal da tentativa de golpe no Supremo. Está no radar ainda uma nova imposição de barreiras comerciais e

tarifárias com fundo político, com base na lei IEEPA, que dispensa autorização legislativa.

Estrategistas do Palácio do Planalto dividem em quatro “frentes” a condução da crise sem precedentes com os EUA: negociação, mitigação (medidas internas de apoio ao setor privado), diversificação (busca de novos mercados para exportadores) e retaliação (ou reciprocidade).

A aplicação da lei de reciprocidade é uma das últimas medidas, como já indicou o presidente, pois o governo avalia que poderia ficar sem resposta, já que dispõe de um arsenal menor. Lula considera não somente o aumento direto de alíquotas de alguns setores, algo que em geral o setor privado teme, mas retaliações cruzadas, em propriedade intelectual, como patentes de medicamentos e direitos em matéria de conteúdo audiovisual.

Os detalhes não foram compartilhados, mas integrantes do governo a par do assunto dizem que as medidas de reciprocidade foram estudadas como um cardápio de opções, como mostrou o Estadão, porque Lula não poderia demorar a responder.



Na negociação, um diagnóstico corrente no governo, no momento, é de que a crise com os EUA está “congelada” e que os esforços de interlocução, inclusive com ministros envolvidos, não deram nenhum resultado. Isso vale para Fernando Haddad (Fazenda), Mauro Vieira (Itamaraty) e para o vice Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

O governo entende que é preciso insistir por duas razões: manter o gesto político de o presidente defender o empresariado brasileiro e jamais abandoná-lo; e tentar uma inflexão, se em algum momento os secretários americanos que conversaram com ministros brasileiros obtiverem aval de Trump para tratar da relação com o Brasil.

Por enquanto, o governo Lula entende que apenas Trump controla o tema Brasil. Seus enviados não possuem autoridade para tratar e agem com medo de represálias do chefe da Casa Branca - visto como fonte de instabilidade e alguém não confiável. O governo continua na defensiva, de “guarda alta”.

Armadilha

Segundo apurou a reportagem, o presidente Lula descartou telefonar a Trump porque o governo percebeu que o gesto poderia ser uma “armadilha” e ter o efeito contrário ao desejado. Não seria, portanto, apenas pela “intuição” de que Trump não quer conversar agora, como o petista disse à Reuters.

O principal risco traçado no Planalto era de haver um atrito entre os presidentes. A partir de alguma hostilidade, o telefonema ou reunião virtual poderia desandar e resultar em aumento das tarifas, em vez de redução ou suspensão.

Por isso, Lula fez questão de a todo tempo sinalizar que uma ligação exigia preparação prévia e somente falaria sobre assuntos comerciais - o que, na prática, bloqueava a pauta e a própria realização da chamada. Do outro lado, Trump insistia em temas políticos: mesmo quando sinalizou que Lula poderia “ligar quando quisesse”, lembrou que os governantes do País faziam “coisas erradas”.

O governo Lula traçou essa avaliação interna com base nas declarações públicas de Trump. Não houve contato direto entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca, segundo integrantes do governo.

Além disso, se pedisse o contato o petista passaria imagem de “fragilidade” e perderia o espaço político de enfrentamento a Trump, algo destacado internacionalmente e que, segundo o governo, poderia levá-lo a colher frutos políticos domésticos.

Ao mesmo tempo, autoridades do governo brasileiro defendem que Lula não pode abdicar da negociação, nem abrir mão de sua posição política.

Brics

Lula decidiu procurar países do Brics para uma reação. Ele já conversou com Narendra Modi, da Índia, que pouco falou no diálogo de uma hora sobre sua negociação com Trump. Agora, busca um telefonema com Xi Jinping, da China.

Mas o governo é cético quanto à possibilidade de reação conjunta do Brics. Mesmo que uma reunião ocorra a pedido de Lula, embaixadores avaliam que seria muito difícil obter consenso por uma manifestação dura e ir além das declarações emitidas após a Cúpula de Líderes do Rio.

A razão para isso é que os países do Brics possuem graus de relação histórica diferentes com os EUA. No quesito tarifário, alguns estão em estágios de negociação comercial mais avançada ou receberam a tarifa mínima de 10% (Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Egito, Irã e Rússia). A Indonésia fechou acordo em 19%.

Brasil e Índia foram os mais taxados, com alíquotas de até 50%. Alvo inicial de Trump, a China reduziu a tarifa para 30% e entabulou uma negociação ainda em andamento. A África do Sul sofreu enfrentamentos políticos e foi sobretaxada em 30%. E a Rússia agora poderá ter uma reunião entre Trump e Vladimir Puti - o Planalto espera que um acordo entre eles minimize o risco de nova sanção ao Brasil, por ter ampliado compras do óleo diesel de origem russa.

Crédito à exportação

Um novo elemento surgiu na frente de diversificação de mercados e apoio aos exportadores. Além de reforçar viagens ao exterior com comitivas empresariais (o vice-presidente Geraldo Alckmin vai ao México a pedido do governo Cláudia Scheinbaum no fim de agosto e à Índia em outubro), o Palácio do Planalto vê uma possível abertura política do Congresso, por pressão empresarial, para discutir novamente programas de crédito à exportação de bens e serviços.

As principais linhas do BNDES foram bloqueadas após escândalos de corrupção descobertos ainda em governos do PT e calotes internacionais, como os de Cuba e da Venezuela - pagamentos que o governo fracassa em recuperar. Para diplomatas, essa é uma ferramenta essencial de internacionalização das empresas, inclusive empreiteiras.

Desde 2023, o governo Lula tenta retomar linhas de financiamento, inclusive a países da África, mas nunca obteve apoio. A Câmara dos Deputados engavetou um projeto com essa finalidade enviado pelo Executivo - a proposta não foi sequer distribuída para análise nas comissões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/08/2025

O PLANO DA ARAUCO PARA ESCOAR A PRODUÇÃO DE CELULOSE DA MAIOR FÁBRICA DO MUNDO ATÉ O PORTO DE SANTOS

Grupo chileno prevê investir até US\$ 1 bilhão na montagem da infraestrutura logística ferroviária e portuária, desde o portão da fábrica ao embarque nos navios

Por Ivo Ribeiro

O grupo chileno Arauco, que está erguendo a maior fábrica de celulose do mundo em Mato Grosso do Sul, tem um grande desafio até o final de 2027: montar a infraestrutura logística para garantir a tempo o escoamento da produção anual de 3,5 milhões de toneladas da commodity até o Porto de Santos e daí a vários mercados no exterior. De 95% a 98% do volume produzido será destinado à exportação.

Desde a fábrica, no município de Inocência, o trajeto será de 1.050 quilômetros por via ferroviária até o porto santista. O modal hidroviário também é avaliado pela empresa e em alguns casos até o rodoviário. A previsão é transportar 9,6 mil toneladas por dia em trens formados por 100 vagões fabricados especialmente para levar fardos de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto.



Com destino a mercados da China e outros asiáticos, da Europa e da América do Norte, a celulose será embarcada em navios tipo “break bulk” (embarcações próprias para cargas de celulose). Cada embarcação transporta, a cada viagem, entre 50 mil e 80 mil toneladas.

Projeto Sucuriú de produção de celulose do grupo chileno Arauco, em Inocência (MS), em fase de implantação Foto: GPM-Arauco/Divulgação

À frente desse projeto logístico, que engloba o transporte das toras de madeira das florestas de eucalipto até a fábrica e o produto até o embarque no navio, está Alberto Pagano, diretor de logística

da companhia no Brasil. O executivo está na empresa há um ano e meio e tem longa vivência nessa área em companhias produtoras de celulose do País como Bracell, Fibria e Votorantim Celulose e Papel.

“A infraestrutura logística é fator crucial num empreendimento de produção de celulose, neste caso no meio do Centro-Oeste, para abastecer a fábrica com madeira e para levar a produção até o porto, distante mais de 1 mil km”, afirma o executivo. Somente nesta etapa, a estimativa é de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,6 bilhões), disse, em entrevista ao Estadão. Pagano destaca que esse projeto, no todo, é o maior investimento do grupo Arauco, o segundo maior fabricante mundial de celulose.

O projeto Sucuriú, nome recebido por se localizar ao lado do rio de mesmo nome, está distante 50 km da área urbana de Inocência, que tem 8.404 habitantes. As obras de terraplenagem e civis começaram neste ano e a projeção é que a fábrica esteja pronta para iniciar produção no quarto trimestre de 2027.

No auge, as obras vão envolver frentes de trabalho com cerca de 14 mil pessoas. Atualmente, já há 6 mil no site.

O investimento na fase industrial está orçado em US\$ 4,6 bilhões (R\$ 25 bilhões pela cotação atual do dólar) e não inclui o montante previsto para a logística. O contingente operacional, após 2027, será de 6 mil funcionários nas áreas florestal, industrial e de logística.

Estrutura ferroviária

Inicialmente, a Arauco vai construir um ramal ferroviário de 47 km desde a área de expedição da fábrica até um pátio de transição ao lado dos trilhos da Rumo (empresa do grupo Cosan), que passam em Inocência vindo de Rondonópolis (MT) em direção a Santos. O investimento previsto apenas no ramal é de R\$ 1 bilhão.

A empresa já tem autorização da ANTT, agência federal que regula o setor de transportes, para a obra ferroviária, que deverá ter a licença de instalação em setembro. Os trilhos, na maior parte, vão correr ao lado da rodovia MS-377, cortando pastagens, informa o executivo. Serão cerca de 18 meses de obras.

Outro aporte de recursos pesado é a compra de locomotivas e vagões — em torno de R\$ 1,4 bilhão. Pagano explica que grupos ferroviário, como Rumo, MRS e VLI, não investem mais em material rodante, ficando a cargo do usuário. Estão previstas 23 locomotivas e cerca de 750 vagões, incluindo material de reserva, para formar sete trens de 100 vagões cada. “Por dia, vamos despachar 9,6 mil toneladas de celulose da fábrica em direção ao porto, acomodadas em 100 vagões puxados por três locomotivas”, informa Pagano.



Alberto Pagano, diretor de logística do grupo Arauco no Brasil: investimento de US\$ 1 bilhão na plataforma de infraestrutura de logística Foto: Taba Benedicto/Estadão

A empresa poderá dispor de uma solução logística alternativa, que está em avaliação. Misto de transporte rodoviário, da fábrica até o rio Paraná, em Três Lagoas (130 km); barcaças, na hidrovía Paraná-Tietê, até Pederneiras (SP), com trajeto de 450 km; e ferroviário, desse ponto até o porto de Santos (550 km). Os vários transbordos da carga são um ponto de avaliação.

“A hidrovía é uma solução competitiva em relação ao modal rodoviário e tira por mês 6 mil caminhões das estradas. Está alinhada à estratégia de sustentabilidade, pois reduz em 80% a emissão de CO₂ (dióxido de carbono)”, ressalta o diretor. O ferroviário reduz em 60% comparado com o rodoviário, informa.

Eventualmente, a empresa considera também outros portos de embarques da celulose, como Rio de Janeiro e Paraná.

“O desafio é enorme para coordenar esse fluxo logístico da fábrica até o navio”, diz o executivo. Estão previstas duas centrais de controle operacional: uma em Inocência e outra em São Paulo, na sede da companhia. No todo — considerando o transporte nas dezenas de estradas que cortam as florestas de eucaliptos até o porto —, o número de funcionários será de 3,5 mil.

Apenas de motoristas são 1,5 mil para operar os 350 veículos (caminhões) que carregarão as toras de madeira, em 600 viagens diárias, até a unidade industrial. A Arauco já iniciou o recrutamento na cidade e região e começa treinamentos em convênios com o Senai (serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).



Definição do operador logístico

As florestas de eucaliptos da empresa, que totalizam 400 mil hectares, estão espalhadas em dez municípios no entorno de Inocência. A distância média desde as áreas de corte até a fábrica será de 110 km. Para atender o pleno ritmo de produção a partir de 2028, a empresa está plantando 65 mil hectares de eucaliptos por ano — o tempo médio até o corte, todo mecanizado, é de seis anos. A Arauco

iniciou florestas na região em 2009, destinando as toras para fabricação de outros produtos de madeira, como móveis.

Para ser operadora de toda a infraestrutura do corredor logístico, a Arauco acaba de receber da ANTT uma autorização que a qualifica como Agente Transportador Ferroviário (ATF). Com isso, a própria empresa pode montar a plataforma e operar os trens até Santos.

Essa é uma alternativa para a qual a companhia espera ter um parceiro com experiência em operações ferroviárias. A Arauco está conversando com várias empresas: a própria Rumo, MRS Logística, VLI e também com um player novo no setor.

Em Santos, na área do porto, a fabricante de celulose considera várias alternativas de montar uma estrutura para receber os trens com celulose, descarregar o produto e embarcar nos navios. “Já estamos com discussão avançada para instalar um terminal, como outras fabricantes do setor. E há outras opções que estamos considerando na região do porto”, informa Pagano.



Arauco está em fase de negociação com parceiro para montar um terminal no porto para embarcar a celulose que vai produzir em MS
Foto: FELIPE RAU/ESTADAO

O Brasil, afirma o diretor da Arauco, tem liderado as soluções logísticas na indústria de celulose para elevar a produtividade. Por exemplo, os vagões com capacidade para transportar 96 toneladas. No Chile, informa, volume varia de 46 a 60 toneladas. Mas ressalva que isso depende também do nível da via ferroviária.

O plano logístico da Arauco, diz Pagano, tem uma visão de longo prazo para o negócio. Considera expansões futuras — a licença de instalação do projeto Sucuriú prevê produção de até 5 milhões de toneladas —, transporte por trens de madeira e insumos líquidos e a utilização de contêineres.



Maior investimento do grupo

Gigante de celulose e produtos de madeira (painéis), a Arauco foi fundada em 1979 por Anacleto Angelini. Atualmente, tem cinco fábricas da commodity no Chile, uma na Argentina e uma no Uruguai, além de diversas unidades de produtos de madeira.

Com produção de 5,3 milhões de toneladas de celulose e 12 milhões de metros cúbicos de produtos de madeira, em 2024 a companhia registrou receita de US\$ 6,55 bilhões — 52% oriundos do negócio de celulose. A Arauco é controlada pela holding AntarChile, da família Angelini, que tem outras atividades.

A companhia é o segundo maior fabricante de celulose de fibra curta do mundo, atrás apenas da brasileira Suzano. Com o projeto brasileiro, vai atingir quase 9 milhões de toneladas por ano.

No ramo de produtos de madeira — painéis de MDF e compensados —, opera fábricas no Chile, na Argentina, no Brasil, nos EUA e na Europa. No País, tem duas fábricas de painéis: uma de painéis e molduras e outra de resinas e químicos no Paraná e uma unidade de painéis no Rio Grande do Sul.

Avanço de Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul, com a fábrica de Inocência, se consolida como maior fabricante de celulose de fibra curta de eucalipto. Vai saltar de 7,6 milhões de toneladas por ano para 11 milhões de toneladas com Sucuriú. A Suzano inaugurou a fábrica de Ribas do Rio Pardo em 2024 e a Eldorado tem plano de mais que duplicar a produção em Três Lagoas. Há outros grupos avaliando a possibilidade de montar unidades industriais no Estado.

Em 2023, a produção brasileira de celulose atingiu 24,3 milhões de toneladas, sendo 21,3 milhões de fibra curta (de eucalipto), 2,5 milhões de fibra longa (pinus) e 500 mil toneladas de pasta de alto rendimento. As exportações somaram US\$ 12,7 bilhões, no patamar de 18 milhões de toneladas embarcadas, de acordo com dados da Ibá (Indústria Brasileira de Árvores).

Os empreendimentos de celulose e papel estão espalhados em vários Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Maranhão. A nova fronteira de projetos é Mato Grosso do Sul, onde há incentivos locais e vastas áreas disponíveis para plantios de florestas.

Em levantamento realizado no início deste ano, a Ibá listou investimentos de R\$ 105,6 bilhões em novos projetos e expansões de 2025 a 2028 no setor.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/08/2025

GOVERNO LULA PREVÊ ESCALADA DE TRUMP POR CONDENÇÃO DE BOLSONARO E RETALIAÇÃO VIRA 'CARTA NA MANGA'

Executivo avalia ainda que telefonema entre presidentes seria armadilha e poderia resultar em aumento de tarifas; leia bastidor

Por Felipe Frazão

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou de retaliar os Estados Unidos imediatamente após a entrada em vigor do tarifaço de 50% sobre produtos brasileiros, na quarta-feira, dia 6, não apenas por apelos do setor privado. Integrantes do governo avaliaram que aplicar a medida agora poderia de fato ser “contraproducente”, prejudicar esforços de interlocução e penalizar ainda mais a economia brasileira, mas há uma razão política de fundo.

O governo enxerga a Lei de Reciprocidade Econômica como uma “carta na manga” a ser usada para um cenário que já antevê: a escalada de tensão com possíveis novas sanções do presidente dos EUA, Donald Trump, a partir de setembro, quando o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado entra em fase final, podendo ser condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Governo avalia ainda que telefonema entre Lula e Trump seria armadilha e poderia resultar em aumento de tarifas
Foto: Wilton Junior/ Estadão

O governo brasileiro prevê que Trump possa voltar a usar munição política, no curto prazo, com sanções a partir da Lei Magnitsky, já aplicada contra o ministro do STF Alexandre de Moraes, relator da ação penal da tentativa de golpe no Supremo. Está no radar ainda uma nova imposição de barreiras comerciais e tarifárias com fundo político, com base na lei IEEPA, que dispensa autorização legislativa.

Estrategistas do Palácio do Planalto dividem em quatro “frentes” a condução da crise sem precedentes com os EUA: negociação, mitigação (medidas internas de apoio ao setor privado), diversificação (busca de novos mercados para exportadores) e retaliação (ou reciprocidade).

A aplicação da lei de reciprocidade é uma das últimas medidas, como já indicou o presidente, pois o governo avalia que poderia ficar sem resposta, já que dispõe de um arsenal menor. Lula considera não somente o aumento direto de alíquotas de alguns setores, algo que em geral o setor privado teme, mas retaliações cruzadas, em propriedade intelectual, como patentes de medicamentos e direitos em matéria de conteúdo audiovisual.

Os detalhes não foram compartilhados, mas integrantes do governo a par do assunto dizem que as medidas de reciprocidade foram estudadas como um cardápio de opções, como mostrou o Estadão, porque Lula não poderia demorar a responder.

Na negociação, um diagnóstico corrente no governo, no momento, é de que a crise com os EUA está “congelada” e que os esforços de interlocução, inclusive com ministros envolvidos, não deram nenhum resultado. Isso vale para Fernando Haddad (Fazenda), Mauro Vieira (Itamaraty) e para o vice Geraldo Alckmin (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços).

O governo entende que é preciso insistir por duas razões: manter o gesto político de o presidente defender o empresariado brasileiro e jamais abandoná-lo; e tentar uma inflexão, se em algum momento os secretários americanos que conversaram com ministros brasileiros obtiverem aval de Trump para tratar da relação com o Brasil.

Por enquanto, o governo Lula entende que apenas Trump controla o tema Brasil. Seus enviados não possuem autoridade para tratar e agem com medo de represálias do chefe da Casa Branca - visto como fonte de instabilidade e alguém não confiável. O governo continua na defensiva, de “guarda alta”.

Armadilha

Segundo apurou a reportagem, o presidente Lula descartou telefonar a Trump porque o governo percebeu que o gesto poderia ser uma “armadilha” e ter o efeito contrário ao desejado. Não seria, portanto, apenas pela “intuição” de que Trump não quer conversar agora, como o petista disse à Reuters.

O principal risco traçado no Planalto era de haver um atrito entre os presidentes. A partir de alguma hostilidade, o telefonema ou reunião virtual poderia desandar e resultar em aumento das tarifas, em vez de redução ou suspensão.



Por isso, Lula fez questão de a todo tempo sinalizar que uma ligação exigia preparação prévia e somente falaria sobre assuntos comerciais - o que, na prática, bloqueava a pauta e a própria realização da chamada. Do outro lado, Trump insistia em temas políticos: mesmo quando sinalizou que Lula poderia “ligar quando quisesse”, lembrou que os governantes do País faziam “coisas erradas”.

O governo Lula traçou essa avaliação interna com base nas declarações públicas de Trump. Não houve contato direto entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca, segundo integrantes do governo.

Além disso, se pedisse o contato o petista passaria imagem de “fragilidade” e perderia o espaço político de enfrentamento a Trump, algo destacado internacionalmente e que, segundo o governo, poderia levá-lo a colher frutos políticos domésticos.

Ao mesmo tempo, autoridades do governo brasileiro defendem que Lula não pode abdicar da negociação, nem abrir mão de sua posição política.

Brics

Lula decidiu procurar países do Brics para uma reação. Ele já conversou com Narendra Modi, da Índia, que pouco falou no diálogo de uma hora sobre sua negociação com Trump. Agora, busca um telefonema com Xi Jinping, da China.

Mas o governo é cético quanto à possibilidade de reação conjunta do Brics. Mesmo que uma reunião ocorra a pedido de Lula, embaixadores avaliam que seria muito difícil obter consenso por uma manifestação dura e ir além das declarações emitidas após a Cúpula de Líderes do Rio.

A razão para isso é que os países do Brics possuem graus de relação histórica diferentes com os EUA. No quesito tarifário, alguns estão em estágios de negociação comercial mais avançada ou receberam a tarifa mínima de 10% (Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Egito, Irã e Rússia). A Indonésia fechou acordo em 19%.

Brasil e Índia foram os mais taxados, com alíquotas de até 50%. Alvo inicial de Trump, a China reduziu a tarifa para 30% e entabulou uma negociação ainda em andamento. A África do Sul sofreu enfrentamentos políticos e foi sobretaxada em 30%. E a Rússia agora poderá ter uma reunião entre Trump e Vladimir Puti - o Planalto espera que um acerto entre eles minimize o risco de nova sanção ao Brasil, por ter ampliado compras do óleo diesel de origem russa.

Crédito à exportação

Um novo elemento surgiu na frente de diversificação de mercados e apoio aos exportadores. Além de reforçar viagens ao exterior com comitivas empresariais (o vice-presidente Geraldo Alckmin vai ao México a pedido do governo Claudia Scheinbaum no fim de agosto e à Índia em outubro), o Palácio do Planalto vê uma possível abertura política do Congresso, por pressão empresarial, para discutir novamente programas de crédito à exportação de bens e serviços.

As principais linhas do BNDES foram bloqueadas após escândalos de corrupção descobertos ainda em governos do PT e calotes internacionais, como os de Cuba e da Venezuela - pagamentos que o governo fracassa em recuperar. Para diplomatas, essa é uma ferramenta essencial de internacionalização das empresas, inclusive empreiteiras.

Desde 2023, o governo Lula tenta retomar linhas de financiamento, inclusive a países da África, mas nunca obteve apoio. A Câmara dos Deputados engavetou um projeto com essa finalidade enviado pelo Executivo - a proposta não foi sequer distribuída para análise nas comissões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/08/2025

VALOR ECONÔMICO (SP)

RESULTADOS DA RUMO NO 2º TRI DECEPCIONAM E AÇÕES RECUAM

Companhia registrou lucro de R\$ 329 milhões no 2º tri, revertendo o prejuízo de R\$ 1,7 bilhão no mesmo período de 2024

Por Victor Meneses, Valor — São Paulo



Ações registraram volume financeiro de R\$ 545 milhões nesta sexta (8), ante R\$ 160,8 milhões na véspera — Foto: Patricia Monteiro/Bloomberg

Os resultados da Rumo para o segundo trimestre vieram abaixo do esperado e causaram reações negativas do mercado e dos analistas. Em reflexo, as ações fecharam em queda de 9,50% nesta sexta-feira (08), cotadas a R\$ 15,34.

A Rumo registrou lucro de R\$ 329 milhões no segundo trimestre deste ano, revertendo o prejuízo de R\$ 1,7 bilhão registrado no mesmo período de 2024.

O resultado do ano passado havia sido fortemente influenciado pelo desastre climático no Rio Grande do Sul, que gerou danos à infraestrutura ferroviária da Malha Sul da Rumo. Após a crise, a empresa realizou provisão para “impairment” (baixa contábil por perda de valor de ativos) de R\$ 2,57 bilhões — evento extraordinário e não recorrente, sem efeito caixa. Outro efeito não recorrente que impactou os resultados foi a transferência de 80% da Elevações Portuárias, que opera os terminais T16 e T19 no Porto de Santos, para a CLI (Corredor Logística e Infraestrutura).

Desconsiderando esses impactos extraordinários, a Rumo calcula que, no segundo trimestre deste ano, o lucro líquido ajustado teve aumento de 1,4%, para R\$ 731 milhões, contra R\$ 721 milhões no mesmo período do ano anterior.

O que dizem analistas

De acordo com o Itaú BBA, os resultados da Rumo vieram amplamente em linha com as expectativas, mas a qualidade não foi particularmente animadora, já que os resultados foram beneficiados por uma compensação de R\$ 70 milhões por lucros cessantes relacionados às enchentes de um ano antes nas operações do Sul.

O principal ponto negativo do período de abril a junho foi a queda de 2% nas tarifas consolidadas em relação ao ano anterior, o que deve aumentar as preocupações com as tarifas ao longo do segundo semestre, dizem os analistas Daniel Gasparete, Gabriel Rezende e Pedro Tineo.

“O forte movimento de fusões e aquisições em 2024 alavancou o balanço da empresa em um momento de contração do mercado, com poucos sinais de recuperação no horizonte”, opina o banco, ressaltando que os resultados do segundo trimestre foram um dos mais fracos desde a crise econômica de 2016 no Brasil.

A XP ainda cortou o preço-alvo para as ações da Rumo de R\$ 28 para R\$ 27 e reiterou sua recomendação de compra, após os resultados mistos apresentados no primeiro semestre do ano.



Em relatório, a corretora diz que o resultado antes de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda, na sigla em inglês) do segundo trimestre ficou abaixo do esperado, mas os custos melhoraram em relação ao positivo primeiro trimestre.

Os analistas Pedro Bruno e Matheus Sant'Anna reduziram suas estimativas para o resultado antes de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda, na sigla em inglês) de 2025 em 3%, para R\$ 8,3 bilhões.

As ações da companhia registraram um volume financeiro de R\$ 545 milhões nesta sexta, ante o volume de R\$ 160,8 milhões do pregão da véspera.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/08/2025

MINISTÉRIO RECEBE R\$ 3,3 BI EM UM ANO EM PROJETOS COM DEBÊNTURE INCENTIVADA

Propostas surgiram no período de um ano após mudança que reduziu de seis meses para cerca de cinco dias o prazo para que os players possam ter acesso ao mercado de capitais, atraindo empreendimentos nos setores portuário e aeroportuário

Por Marlla Sabino — De Brasília

Desde a dispensa de autorização prévia para emissão de debêntures de infraestrutura e incentivadas, o Ministério de Portos e Aeroportos recebeu projetos que somam R\$ 3,3 bilhões que usaram esse instrumento de financiamento, segundo dados apresentados ao Valor pelo ministro Silvío Costa Filho.

A mudança, que completa um ano neste mês, reduziu de seis meses para cerca de cinco dias o prazo para que os players possam ter acesso ao mercado de capitais, atraindo empreendimentos nos setores portuário e aeroportuário.

A alteração foi estabelecida por portaria publicada em agosto de 2024, que tratou sobre os critérios e condições para emissão de debêntures nesses segmentos por meio do mercado de capitais. Após essa mudança, 11 projetos adotaram o mecanismo: dois para ampliação de aeroportos e nove no setor portuário, como construção e ampliação da capacidade de terminais, readequação de armazéns, compra de equipamentos, obras e pagamentos de outorgas.

A medida é vista pelo ministro como parte de uma agenda de fortalecimento do crédito para financiar projetos, sobretudo no setor de portos, em conjunto com o uso do Fundo da Marinha Mercante.

“É um estímulo à iniciativa privada participar de projetos. Essa portaria fez uma simplificação na modelagem de debêntures, uma desburocratização e deu segurança efetivamente ao mercado que quer prover investimentos. Essa carteira que estamos oferecendo, que o mercado tem hoje à disposição de oportunidades de investimentos no setor portuário, através de debêntures, tem sido também uma janela de oportunidades”, afirmou.

Costa Filho avalia que o setor de portos brasileiro está passando por um momento “profundamente estratégico”. “Nesses últimos dois anos tivemos o melhor crescimento do setor da história. Crescemos, em média, quase 5%. Em 2024, o setor de contêineres cresceu 18%. Neste ano já cresceu 10%”, afirmou.

A expectativa do ministro é que, ao longo de toda a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sejam realizados 60 leilões, com investimentos de mais de R\$ 40 bilhões. Como exemplo, citou o canal do Paranaguá, no litoral do Paraná, e o projeto de um novo terminal de contêineres no porto de Santos, conhecido como Tecon Santos 10, que se tornou um tema emblemático no segmento.

O advogado Luis Montes, sócio da Prática de Bancário e Financeiro do Tauil & Chequer Advogados, associado a Mayer Brown, avalia que as debêntures incentivadas têm um papel fundamental para o setor de infraestrutura de forma geral, não apenas para os segmentos de portos e aeroportos.

O mecanismo foi instituído em 2011, mas as regras foram alteradas no ano passado, com a sanção da Lei 14.801 em janeiro. Em seguida, o governo publicou um decreto para regulamentar os critérios e as condições para emissão de ambos os tipos de debêntures. Foi nessa esteira que veio a regulamentação da pasta comandada por Costa Filho.

“Há 14 anos o acesso a crédito para esses projetos estava concentrado em bancos públicos e, desde a criação, esses papéis foram muito importantes e tiveram crescimento substancial ano a ano”, avaliou. “A portaria reconheceu um novo arcabouço jurídico simplificado, mais dinâmico. Conseqüentemente, maior dinamismo para essas captações no mercado, de acordo com os investimentos. As perspectivas são de uma maior velocidade da estruturação de emissões”, acrescentou.

Gabriel Pinheiro Chagas, sócio de Comparini e Pinheiro Chagas Advogados, apontou que o instrumento vem, cada vez mais, alavancando investimentos no segmento de infraestrutura, também se estendendo para setores como saneamento e outros modais de transporte, como rodovias. “Tem um aumento, mais ou menos, de 70% de 2011 até hoje. O setor aprendeu e quer se capitalizar por meio deste instrumento”, afirmou.

Em sua avaliação, as mudanças nas regras trouxeram mais previsibilidade, direcionamento e clareza sobre quais projetos poderiam ser enquadrados e quais debêntures poderiam ser incentivadas.

Na mesma linha, Ana Paula Calil, sócia do Cascione Advogados, ressalta que, antes dessas alterações nos critérios, muitas companhias perdiam a janela de oportunidade do mercado para fazer emissões. Ela afirma que essa é, justamente, a importância das medidas publicadas pelo governo no ano passado, por tornar o processo mais simples.

“A portaria do ministério é muito específica e bem feita, pois cria o procedimento que deve ser seguido. Tem uma resposta da pasta em relação aos pedidos e aos documentos que os players enviam e isso traz mais segurança jurídica. Essa medida beneficia os setores de infraestrutura para usar esse instrumento, que será usado também em projetos futuros.”

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 08/08/2025

ARGENTINA AJUDA BRASIL A MANTER RITMO DE PRODUÇÃO

Em um ano, as vendas de veículos produzidos no Brasil para a Argentina aumentaram 156,5%
Por Marli Olmos — De São Paulo



Calvet, da Anfavea, que reduziu previsão de crescimento interno: “Instabilidade nos machuca e alta dos juros nos mata” — Foto: Rogerio Vieira/Valor

Os fabricantes de veículos se preparam para uma diminuição na expectativa de crescimento do mercado interno. Mas vão conseguir manter o ritmo da produção por conta do aumento da exportação para a Argentina.

Graças à demanda mais aquecida no país vizinho, a participação das vendas externas na indústria automobilística passou de 14% para 25% em um ano.



Ao perceber a recuperação do mercado argentino, principal destino externo do setor, as montadoras se preparavam, desde janeiro, para aumentar os volumes. Em janeiro a Anfavea anunciou a expectativa de uma expansão de 7,8% das exportações em 2025.

Mas o resultado dos últimos meses surpreendeu, diz o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Igor Calvet. A entidade reviu os cálculos e na quinta-feira (7) anunciou uma projeção de exportação muito mais alta, de 38,4% em 2025.

Em um ano, as vendas de veículos produzidos no Brasil para a Argentina aumentaram 156,5% (183,9 mil unidades), o que elevou a fatia do país vizinho de 35% para quase 59% do total exportado pelo setor. Embora as vendas para outros mercados vizinhos, como Colômbia e Chile, também tenham crescido, é a demanda argentina o principal motivo que leva a Anfavea a tratar o resultado como “alta surpreendente”.

De janeiro a julho, o volume de veículos exportados pelo Brasil somou 312,1 mil unidades, alta de 52,7% ante 2024. A receita com as vendas externas das montadoras somou US\$ 8,33 bilhões, crescimento de 43,9% na comparação com o mesmo período de 2024.

A demanda externa foi o principal motivo, segundo Calvet, que levou a indústria a contratar mais nas últimas semanas. Em apenas um mês, as montadoras abriram 400 vagas. Com 109,1 mil funcionários, o emprego nas montadoras aumentou 4,4% em 12 meses.

As perspectivas de vender mais no exterior ajudam o setor a compensar a expectativa de ritmo de crescimento mais lento no mercado interno e, assim, manter as projeções de produção anunciadas no início do ano.

A Anfavea diminuiu a previsão de expansão do mercado interno em 2025 de 6,3% para 5% (2,765 milhões de unidades). Mas manteve a expectativa de aumento da produção em 8,4% (2,749 milhões de unidades).

Nem mesmo o programa de incentivos fiscais federais Carro Sustentável ajudará a reverter a tendência. O programa isentou de IPI uma lista de carros básicos e, no primeiro mês de vigência, provocou um aumento de vendas desses modelos em 16,7%.

“Tarifas dos EUA prejudicarão venda de caminhões, que transportam os produtos afetados”

— Igor Calvet

A direção da Anfavea aponta a alta dos juros como um dos principais fatores que provocam a retração de demanda, sobretudo de caminhões. A entidade está pessimista em relação à demanda por veículos de transporte de carga, principalmente da linha pesada.

Desde o início do ano, a demanda por caminhões caiu 4,1% e o quadro pode piorar nos próximos meses. A entidade alterou a projeção de vendas internas de caminhões em 2025 de alta de 0,2% para queda de 8,3%. “A instabilidade nos machuca e a alta dos juros nos mata”, diz Calvet.

Mas não é só a alta da taxa básica de juros, a maior desde 2006, que pode afetar o ritmo das linhas de montagem. Segundo Calvet, o mercado de caminhões tende a sofrer o impacto do aumento das tarifas de importação dos EUA, em vigor desde quarta-feira. O dirigente lembra que praticamente todos os produtos exportados pelo Brasil para o mercado americano são transportados em caminhões até os portos.

O “tarifaço” divulgado pelo presidente Donald Trump também prejudicará a exportação de componentes fabricados pelas montadoras, como motores. Nesse caso, a tarifa subiu de 2,5% para 27,5%, o que, segundo cálculos da Anfavea, provocará impacto de US\$ 268 milhões caso o ritmo de embarques seja mantido, o que Calvet duvida que ocorra.

Ao divulgar os resultados do setor, Calvet voltou a se queixar da entrada de produtos chineses. A importação de carros da China está se aproximando do volume que vem da Argentina.

De janeiro a julho foram vendidos 87,8 mil carros chineses no Brasil, 41,2% mais do que no mesmo período de 2024. Da Argentina, vieram 121,4 mil, um aumento de 11% na comparação com o acumulado em 2024.

“A importação da Argentina é benéfica porque nós também exportamos para lá, mas não vendemos nada para a China”, destaca.

Ao mesmo tempo, Calvet elogia a recente decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que limitou a seis meses o período de isenção do Imposto de Importação de veículos semidesmontados. A BYD, que se prepara para produzir no país, havia pedido um período maior, de um ano. A Camex também limitou o volume de entrada desses veículos a cotas que poderão ser usadas por todas as marcas, incluindo sócios da Anfavea.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/08/2025



AGÊNCIA BRASIL - DF

CONSELHO DA PETROBRAS APROVA VOLTA DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS DE COZINHA

No governo anterior, empresa abriu mão do negócio

Por Bruno de Freitas Moura - Repórter da Agência Brasil



Trabalhador movimenta botijões de gás de cozinha em distribuidora em São Paulo (SP)

A Petrobras informou, na noite desta quinta-feira (7), que o conselho de administração da estatal aprovou a volta ao negócio de distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP), popularmente chamado de gás de cozinha ou botijão.

A empresa tinha aberto mão do setor durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Em

2020, a companhia vendeu a empresa Liquigás para dois grupos privados: Copagaz - Distribuidora de Gás S.A. e a Nacional Gás Butano Distribuidora.

No comunicado desta quinta-feira, a empresa não detalha como seria à volta ao mercado de distribuição de gás, por exemplo, se seria na venda direta de botijão para consumidores residenciais.

A decisão estratégica acontece em um cenário em que o governo, principal acionista e controlador da estatal, tem manifestado preocupação com o preço do botijão de gás.

No fim de maio, durante a inauguração de obra da transposição do Rio São Francisco, em Cachoeira dos Índios, sertão da Paraíba, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva expôs a contrariedade com o preço do botijão que chegava às famílias.

"A Petrobras manda o gás de cozinha a R\$ 37. Quando é que chega aqui? Cento e dez reais, R\$ 120, tem estado que é R\$ 140. E eu posso dizer para vocês que está errado. Vocês não podem pagar R\$ 140 por uma coisa que custa R\$ 37 da Petrobras. Está certo que tem o custo do transporte, mas não precisa pagar tanto", reclamou na ocasião.

Privatização em 2020

No governo passado, quando decidiu pela privatização da Liquigás, o então presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defendia que a estatal estava abrindo mão de atuação em determinadas áreas para se concentrar na redução de dívidas e na exploração e produção de petróleo e gás em águas profundas e ultraprofundas.

À época, a Liquigás tinha presença em todos os estados, 23 centros de operação e uma rede de aproximadamente 4,8 mil revendedores autorizados. A subsidiária da Petrobras detinha 21,4% de participação de mercado, ou seja, de cada cinco botijões vendidos, um era da Liquigás.

Federação de petroleiros apoia

Em nota divulgada na manhã desta sexta-feira (8), a Federação Única dos Petroleiros (FUP), que representa trabalhadores do setor, manifestou apoio à decisão do conselho de administração.

"Representa uma vitória dos trabalhadores e bandeira de luta da FUP", assinala a entidade. A FUP sustenta que reduções de preços nas refinarias da Petrobras não são integralmente repassadas pelos distribuidores ao consumidor final.

Gasolina

A venda direta de gasolina, ou seja, nas bombas dos postos, não foi citada pela decisão do conselho de administração. Também no governo anterior, a estatal decidiu pela venda da BR Distribuidora para a Vibra Energia S.A. — também com a justificativa em otimizar o portfólio e melhoria de alocação do capital da companhia.



No governo anterior, a estatal decidiu pela venda da BR Distribuidora para a Vibra Energia S.A. - Marcello Casal jr/Agência Brasil

A venda incluiu licença para a compradora manter a marca BR até 28 de junho de 2029. Ou seja, apesar de exibirem a marca BR, os postos espalhados pelo país não são de propriedade da companhia, que assinou também um termo de non-compete (sem competição, no jargão dos negócios), impedindo a companhia de concorrer com a Vibra. A Petrobras é apenas fornecedora do combustível.

Em janeiro de 2024, no entanto, a Petrobras comunicou à Vibra que não tem interesse em renovar a licença para uso da marca após 2029. "A não renovação da licença permitirá a eventual avaliação de novas estratégias de gestão de marca e oportunidades de negócios para a Petrobras", justificou a estatal.

Em maio, a presidente da petrolífera, Magda Chambriard, lamentou o fato de a Petrobras não atuar mais na venda diretamente nas bombas e lamentou ver postos com bandeira BR vendendo combustíveis com preços mais caros do que ela considera justo.

"Nos preocupa, sim, ter a nossa marca divulgada e espalhada pelo Brasil, vendendo uma gasolina acima do preço, incorporando margem", declarou.

Lucro e dividendos

A decisão do conselho de voltar à distribuição de gás de cozinha foi no mesmo dia em que a Petrobras anunciou o balanço do segundo trimestre de 2025. A empresa registrou lucro líquido de R\$ 26,7 bilhões. O resultado é 24,3% menor que o apurado no trimestre anterior, mas superior ao do mesmo período de 2024, quando a companhia teve prejuízo de R\$ 2,6 bilhões.

A empresa anunciou também a distribuição de R\$ 8,66 bilhões em dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para acionistas. Tanto os dividendos como os JCP são formas de uma empresa dividir parte do lucro com os acionistas.

No caso da Petrobras, o governo federal deve receber cerca de 29% do valor, uma vez que detém essa proporção das cotas. Outros 8% vão para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), banco público de fomento do governo federal.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 08/08/2025

DEFENSORIA DO PARÁ NOTIFICA PLATAFORMAS DE HOSPEDAGEM SOBRE COP30

Recomendação é suspender anúncios com valores abusivos

Por Rafael Cardoso - Repórter da Agência Brasil

A Defensoria Pública do Pará notificou plataformas de hospedagem para que excluam anúncios de acomodações com preços abusivos nas datas da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30). O evento ocorre entre os dias 10 e 21 de novembro em Belém.

Entre as plataformas acionadas estão Booking, Decolar e Airbnb. A ação ocorre em conjunto com a Secretaria de Estado de Justiça, Ministério Público do Pará e Procuradoria Geral do Estado.



Movimento de navios de cruzeiros no Porto do Rio na segunda quinzena de dezembro. Foto: PortosRio/Divulgação© PortosRio/Divulgação

Segundo o coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon), da Defensoria Pública, Cássio Bitar, a medida se dá pelas denúncias verificadas na internet, com valores de acomodação acima dos observados em outras edições da COP.

“A Defensoria Pública do Pará foi requisitada por movimentos sociais e ouvidorias quanto a questão da hospedagem nesse período da COP 30, especificamente sobre o aumento de preços inviabilizando a participação de representantes da sociedade civil. A partir disso, instauramos o procedimento de tutela coletiva e estamos trabalhando na questão das responsabilidades”, explica o defensor público.

O documento enviado às plataformas de hospedagem recomenda que, no prazo de 10 dias, elas notifiquem hotéis e pousadas que anunciam diárias três vezes ou mais acima da média da alta temporada. A verificação deve ser baseada nos últimos 12 meses.

As plataformas também terão de avaliar o preço das hospedagens com base no valor de mercado, de acordo com a categoria em que elas estão inseridas. O prazo para as empresas ajustarem os preços é de 48 horas. Caso não façam as mudanças, a plataforma deve suspender a publicação.

A Defensoria também recomenda que os consumidores devem ser informados sobre os preços médios de mercado para acomodações semelhantes, para que tenham liberdade de escolha.

A recomendação funciona como um instrumento de diálogo com as grandes plataformas, diz a Defensoria, uma vez que elas têm responsabilidade em relação a conteúdos gerados por terceiros. Nesse sentido, são destacados os recursos extraordinários 1.037.396 e 1.057.258 julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que tratam do tema.

“Os órgãos de defesa do consumidor do Pará estão atuando de forma sistemática em várias frentes. A notificação para as plataformas ocorre sem prejuízo das ações de fiscalização desenvolvidas pelo Procon diretamente nos hotéis. Além de campanhas de orientação e educação em direitos voltadas a prevenir violações aos direitos dos consumidores”, diz o defensor Cássio Bitar.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 08/08/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MARINHA LANÇA FRAGATA JERÔNIMO DE ALBUQUERQUE

Da Redação Indústria naval 08/08/2025 - 19:28



A Marinha do Brasil, a sociedade de propósito específico (SPE) Águas Azuis e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) lançaram, nesta sexta-feira (8), a fragata Jerônimo de Albuquerque. A fragata é a segunda unidade lançada da classe Tamandaré e tem previsão de entrar em operação em janeiro de 2027. A cerimônia foi realizada no TKMS Estaleiro Brasil Sul, em Itajaí, em Santa Catarina. A madrinha foi Lu Alckmin, esposa do vice-presidente da República e ministro da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin.

A fragata Tamandaré, primeira unidade do programa e que dá nome à classe, foi lançada em agosto de 2024 e está atualmente em dique sendo preparada para os testes de mar. A Marinha prevê a construção de mais quatro embarcações do mesmo tipo. Os barcos contarão com deslocamento aproximado de 3.500 toneladas e serão dotadas de convoo, hangar para helicóptero, radares, sensores e armamentos de última geração.

A embarcação lançada nesta sexta-feira começou a ser construída em novembro de 2023 e recebeu o nome de Jerônimo de Albuquerque em homenagem ao primeiro comandante de uma frota naval da Marinha nascido no Brasil. Ela será usada, na Amazônia Azul, no monitoramento e combate a ações de poluição, pirataria e pesca ilegal, entre outras ameaças. Poderá participar ainda de ações em cooperação com outras marinhas, como em operações de busca e resgate no mar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/08/2025

A WILSON SONS ANUNCIOU, NA ÚLTIMA QUINTA-FEIRA (7), A NOMEAÇÃO DE MICHAEL ROBERT CONNELL COMO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Por Executivos 08/08/2025 - 18:46



A Wilson Sons anunciou, na última quinta-feira (7), a nomeação de Michael Robert Connell como diretor administrativo financeiro e que ele vai acumular a função com a de diretor de relações com investidores. A nomeação foi aprovada em reunião por seu conselho de administração. Arnaldo Calbucci Filho, que acumulava desde 5 de junho o cargo de diretor administrativo, continuará no posto de diretor presidente da companhia.

Michael Robert Connell é graduado em Comércio, com especialização em Contabilidade pela University of Newcastle, na Austrália, e tem certificação de Certified Practising Accountant (CPA). Segundo a empresa, o profissional tem experiência em todas as áreas de finanças e avaliação de investimentos e atuou em companhias de quatro continentes, em operações de dívida e de capital nos setores de infraestrutura, imobiliário e aeroportuário.

Connell trabalha na Wilson Sons desde 2010 e já foi diretor de Tesouraria e de Relações com Investidores. O executivo integra o Conselho de Administração da Argonáutica Engenharia e Pesquisas e é suplente do Conselho de Administração da Wilson Sons Ultratug Participações. Antes, trabalhou no grupo britânico de aeroportos BAA.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/08/2025

ABIHV ESTIMA INVESTIMENTOS DE R\$ 63 BILHÕES EM PROJETOS DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Da Redação Portos e logística 08/08/2025 - 18:45



A Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV) divulgou a intenção de suas associadas de investir R\$ 63 bilhões em projetos de transição energética e de economia de baixo carbono nos estados do Ceará, Pernambuco, de Minas Gerais, no Rio Grande do Norte, da Bahia e do Rio de Janeiro. Eles abrangem desde a produção de hidrogênio e amônia verde até e-combustíveis e e-metanol, e a expectativa é de geração de mais de 40 mil empregos diretos já na fase de construção.

Segundo a associação, o destaque em investimento previstos é no Complexo do Pecém (CE), no qual cinco projetos devem receber aportes de R\$ 56 bilhões. Estão entre eles a Casa dos Ventos, com R\$ 12 bilhões de investimento para produção de amônia verde e capacidade de eletrólise de 1,2 GW, a Fortescue, com R\$ 18 bilhões para produção de amônia verde, também com capacidade de 1,2 GW, a FRV, com R\$ 6 bilhões para produção de amônia verde e 500 MW de capacidade, a Qair, com R\$ 17,7 bilhões e capacidade total de 2,52 GW, prevendo a produção combinada de 296 mil toneladas de hidrogênio verde e 1.680 mil toneladas de amônia verde e a Voltalia, investimento de R\$ 2,7 bilhões em projeto de amônia verde com capacidade de 280 MW.

Em Uberaba, Minas Gerais, o projeto da Atlas Agro para a produção de fertilizantes nitrogenados representará investimento de R\$ 6 bilhões, enquanto em Suape, Pernambuco, a European Energy vai investir R\$ 2 bilhões na produção de metanol e capacidade de eletrólise de 150 MW.

Para 2027, está previsto projeto da Acciona GNordex, com investimento anunciado de R\$ 11 bilhões, para produção, no Rio Grande do Norte, de amônia verde com capacidade de 500 MW. Já a EDF vai



produzir na Bahia e-metanol com capacidade de 170 MW, enquanto a Qair investirá R\$ 15,7 bilhões em Suape para produção de hidrogênio, amônia e oxigênio, com capacidade de 2,24 GW.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/08/2025

CCJC ABRE PRAZO PARA EMENDAS AO PL DA RECICLAGEM

Por Danilo Oliveira Indústria naval 07/08/2025 - 23:04



Propostas poderão ser apresentadas pelos deputados em 5 sessões, a partir desta sexta-feira (8). Deputado Claudio Cajado (PP/BA) foi designado relator do projeto na comissão

O deputado Claudio Cajado (PP/BA) foi designado, na última quarta-feira (6), como relator do projeto de lei da reciclagem de embarcações (PL 1.584/2021), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, onde havia sido recebido no último dia 27 de junho, um dia após entrar em vigor a Convenção de Hong Kong

(HKC). O prazo para apresentação de emendas na comissão será de cinco sessões a partir desta sexta-feira (8).

Antes da CCJC, o texto do PL recebeu parecer favorável nas comissões de Viação e Transportes (CVT), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Na CVT, o PL 1.584/2021 foi aprovado no último dia 15 de junho. Passando na CCJC, o texto será encaminhado ao Senado e, se não houver nenhuma emenda, vai direto à sanção presidencial para promulgação da lei.

O PL tem objetivo de promover as atividades de desmantelamento e reciclagem de embarcações e estruturas offshore de forma segura e ambientalmente correta. A proposta foi apresentada em abril de 2021, pelo então deputado Coronel Armando (PL-SC), que não conseguiu se reeleger. O projeto prevê, entre outros pontos, regras detalhadas voltadas aos estaleiros de reciclagem, armadores, Marinha e órgãos ambientais. As regras se aplicam a todas as embarcações em águas jurisdicionais brasileiras (AJB), incluindo plataformas flutuantes ou fixas de petróleo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/08/2025



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 08/08/2025